

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA

CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS

DEPARTAMENTO DE ANTROPOLOGIA

CURSO DE ANTROPOLOGIA

Maria Octavia Nóbrega Costa

**Semear Floresta: *Araucaria angustifolia* e seu manejo
e conservação pelos povos Jê do Sul do Brasil**

Florianópolis

2024

Maria Octavia Nóbrega Costa

**Semear Floresta: *Araucaria angustifolia* e seu manejo
e conservação pelos povos Jê do Sul do Brasil**

Trabalho de Conclusão do Curso de Graduação em
Antropologia do Centro de Filosofia e Ciências
Humanas da Universidade Federal de Santa Catarina
como requisito para a obtenção do título de Bacharel
em Antropologia.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Edviges Marta Ioris.

Florianópolis

2024

Costa, Maria Octavia Nóbrega

Semear Floresta: Araucaria angustifolia e seu manejo e conservação pelos povos Jê do Sul do Brasil / Maria Octavia Nóbrega Costa ; orientadora, Edviges Marta Ioris, 2024.

70 p.

Trabalho de Conclusão de Curso (graduação) -
Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de
Filosofia e Ciências Humanas, Graduação em Antropologia,
Florianópolis, 2024.

Inclui referências.

1. Antropologia. 2. Araucaria angustifolia. 3. manejo.
4. conservação. 5. Jê do Sul. I. Ioris, Edviges Marta. II.
Universidade Federal de Santa Catarina. Graduação em
Antropologia. III. Título.

Maria Octavia Nóbrega Costa

Semear Floresta: *Araucaria angustifolia* e seu manejo e conservação pelos povos Jê do Sul do Brasil

Florianópolis, 2 de fevereiro de 2024.

Prof.^a Dr.^a Alinne de Lima Bonetti

Coordenadora do Curso

Banca examinadora



Documento assinado digitalmente

EDVIGES MARTA IORIS

Data: 09/02/2024 11:38:01-0300

CPF: ***.457.890-**

Verifique as assinaturas em <https://v.ufsc.br>

Prof.^a Dr.^a Edviges Marta Ioris

Orientadora

Departamento de Antropologia/UFSC



Documento assinado digitalmente

Caetano Kayuna Sordi Barbara Dias

Data: 09/02/2024 13:55:13-0300

CPF: ***.262.400-**

Verifique as assinaturas em <https://v.ufsc.br>

Prof. Dr. Caetano Sordi

Avaliador

Departamento de Antropologia/UFSC



Documento assinado digitalmente

ELIS DO NASCIMENTO SILVA

Data: 14/02/2024 21:35:18-0300

CPF: ***.665.809-**

Verifique as assinaturas em <https://v.ufsc.br>

Me. Elis do Nascimento Silva

Avaliadora

Doutoranda PPGAS/UFSC e Ministério dos Povos Indígenas (MPI)

Às “casca do pinheiro”

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente à Laureci, por me gerar, e à Mirian e Berto, por me cuidar e prover.

À todas as professoras e professores que me guiaram até aqui, desde a alfabetização até às portas da pós-graduação, com toda a paciência e tolerância cabíveis. Gratidão especial à Prof.^a Edviges Ioris, por não ter desistido desta desorientada orientanda, que se perdeu e se reencontrou algumas vezes pelo caminho.

Sou imensamente agradecida ao Arandu – Laboratório de Estudos em Etnologia, Educação e Sociobiodiversidades (antigo NEPI) e às pesquisadoras e pesquisadores que dele fazem parte. Foi envolvendo-me nas atividades deste laboratório desde o meu retorno a Antropologia em 2019 que retomei o desejo de algum dia tornar-me antropóloga, e ao conhecer pessoas inspiradoras sigo nesta direção, ainda que vivendo tempos desafiadores.

Meu carinho e admiração à arqueóloga Luciane Scherer e demais técnicas (os) do Museu de Arqueologia e Etnologia da UFSC (MARquE) pelo trabalho que desenvolvem. Sinto-me feliz por poder colaborar em seus projetos e pelos aprendizados do convívio.

Às amigas “interdisciplinares” construídas durante as duas graduações que cursei, companheiras de discussões acadêmicas e éticas: meu riso e minha alegria a tudo que compartilhamos.

À Drika, Diego e Dini por terem sido as pessoas que mais ouviram minhas lamentações acadêmicas e me incentivaram a continuar.

Ao prof. Lucas Bueno e ao Laboratório de Estudos Interdisciplinares em Arqueologia (LEIA) agradeço pelos últimos dois anos de aulas, projetos e trabalho de campo. Minha formação se ampliou a partir dos conhecimentos compartilhados.

Sou imensamente grata à Universidade Federal de Santa Catarina por proporcionar formação humanizada. Sou filha desta casa e este será sempre o meu segundo lar. Me torno uma pessoa melhor porque fiz e ainda faço parte desta instituição. Reconheço a importância do fomento à pesquisa através da CAPES e CNPq, pois, não fossem as bolsas de monitoria, pesquisa e extensão, não teria vivenciado tantas possibilidades.

E ao Antonio, meu amor e reconhecimento a todo o apoio oferecido. Agradeço por tudo que aprendemos juntos em quase uma década desde o nosso primeiro encontro no bosque do CFH.

RESUMO

Esta pesquisa propôs uma análise bibliográfica de algumas das principais pesquisas sobre manejo e conservação da araucária (*Araucaria angustifolia*) pelos povos Jê do Sul do país. Para isto foi realizada uma pesquisa no Catálogo de Teses e Dissertações da CAPES e a partir da seleção de trabalhos multidisciplinares esta relação foi abordada. Primeiramente foi apresentada a história ambiental da paisagem da Mata de Araucária, sua formação, expansão e posterior desmatamento, que acarretou na inclusão da araucária nas Listas de Espécies Ameaçadas. Em seguida, foi analisada parte da bibliografia sobre a relação dos povos Jê do Sul com esta espécie no passado, pelos seus ancestrais Proto-Jê, e no presente, pelos atuais povos indígenas Kaingang e Laklãnõ-Xokleng.

Palavras-chave: *Araucaria angustifolia*; manejo; conservação; Jê do Sul.

ABSTRACT

This research proposed a bibliographical analysis of some of the main research on the management and conservation of *Araucaria* (*Araucaria angustifolia*) by the Southern Jê peoples. For this purpose, a search was carried out in the CAPES Catalog of Thesis and Dissertations and, based on the selection of multidisciplinary works, this relationship was addressed. Firstly, the environmental history of the Araucaria Forest landscape was presented, its formation, expansion and subsequent deforestation, which led to the inclusion of the Araucaria in the Lists of Threatened Species. Next, part of the bibliography was analyzed on the relationship between the Southern Jê peoples and this species in the past, through their Proto-Jê ancestors and in the present, through the current Kaingang and Laklãnõ-Xokleng indigenous peoples.

Keywords: *Araucaria angustifolia*; management; conservation; Southern Jê.

LISTA DE FIGURAS

- Figura 1 – Mapa de ocorrência original da *Araucaria angustifolia* – p. 25
- Figura 2 – Crescimento da FOM associada a povos indígenas no tempo – p. 26
- Figura 3 – A árvore de araucária (*Araucaria angustifolia* (Bert.) O. Kuntze) – p. 26
- Figura 4 – Paleogeografia das coníferas relacionadas às *Araucariaceae* – p. 27
- Figura 5 – Pinhas abertas com pinhões – p. 29
- Figura 6 – Pintura rupestre representando araucárias em Piraí do Sul/PR – p. 30
- Figura 7 – Pinheiro sendo derrubado na floresta em Irani/SC, 1957 – p. 34
- Figura 8 – Mapa etnohistórico com a localização dos povos Jê meridionais – p. 38
- Figura 9 – Estrutura semi-subterrânea, Bom Jesus/RS, Ilustração de J. Hermann – p. 41
- Figura 10 – Primeiros contatos entre uma expedição de conquista dos campos de Guarapuava. “hum índio com 5 filhos tirando pinhão do Lago” – p. 46
- Figura 11 – Marcas nas árvores catalogadas por Pierre Mabilde – p. 48
- Figura 12 – Quadro de expressões do dualismo Kaingang – p. 52
- Figura 13 – Território histórico dos Laklãnõ – p. 55

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

- A. angustifolia – *Araucaria angustifolia* (Bert.) O. Kuntze
- AP – Antes do Presente
- CCA/UFSC – Centro de Ciências Agrárias
- CNCFlora – Centro Nacional de Conservação da Flora
- CRAS – Centro de Referência da Assistências Social
- CS – Centro de Saúde
- d.C. – Depois de Cristo
- EMBRAPA – Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
- FEAB – Federação de Estudantes de Agronomia do Brasil
- FOM – Floresta Ombrófila Mista
- FUNAI – Fundação Nacional dos Povos Indígenas
- IBAMA – Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis
- IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
- IUCN – União Internacional para Conservação da Natureza (em inglês)
- LACAF/UFSC – Laboratório de Comercialização da Agricultura Familiar
- LII/UFSC – Licenciatura Intercultural do Sul da Mata Atlântica
- MARQUE/UFSC – Museu de Arqueologia e Etnologia
- MJ – Ministério da Justiça
- MMC – Movimento de Mulheres Camponesas
- MN/UFRJ – Museu Nacional da Universidade Federal do Rio de Janeiro
- MST – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra
- NEAmb/UFSC – Núcleo de Educação Ambiental do Centro Tecnológico
- NEPI/UFSC – Núcleo de Estudos de Povos Indígenas (atual Arandu)
- PPGAS/UFSC – Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social
- PRONAPA – Programa Nacional de Pesquisas Arqueológicas
- REBES – Reserva Biológica Estadual do Sassafrás
- SEAD/UFSC – Secretaria de Educação à Distância
- SENAD – Secretaria Nacional de Políticas Sobre Drogas
- TI – Terra Indígena
- UC – Unidade de Conservação
- UFSC – Universidade Federal de Santa Catarina

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	11
1.1 Apresentação do TCC.....	11
1.2 Organização dos capítulos.....	12
1.3 Os caminhos que percorri.....	13
1.4 Referenciais teóricos.....	19
1.5 Metodologia.....	20
2. FORMAÇÃO DA PAISAGEM DA MATA DE ARAUCÁRIA	21
2.1 Caracterização paleoambiental no Tempo Geológico.....	22
2.2 A Floresta com Araucária.....	23
2.3 Araucária, a árvore.....	26
2.4 Paisagens manejadas.....	29
2.5 Desmatamento e Colonização.....	32
3. OS POVOS JÊ E A ARAUCÁRIA	36
3.1 Proto-Jê do Sul.....	37
3.2 Kaingang.....	44
3.3 Laklãnõ-Xokleng.....	54
4. CONSIDERAÇÕES FINAIS	62
BIBLIOGRAFIA	64

1. INTRODUÇÃO

1.1 Apresentação do TCC

Neste parte discorro sobre como este trabalho teve sua origem em meu interesse em aprofundar a compreensão sobre o manejo florestal realizado por povos originários não apenas no tempo atual, como também ao longo da história, muito antes da chegada de europeus a este território. Este interesse se estende à todas as florestas que (r)existem no mundo, mas, com uma especial curiosidade relativa à região a qual sou natural em Santa Catarina, aquela que compreende remanescentes entre as Floresta Ombrófila Densa e sobretudo a Floresta Ombrófila Mista, conhecida como mata-de-araucária ou Floresta com Araucária. Sendo localizada no bioma Mata Atlântica no Sul do Brasil, presente nos estados do Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul, embora com alguma presença pouco significativa em pequenas porções dos estados do Sudeste e até em alguns locais da Argentina.

Portanto, esta foi uma revisão dos principais trabalhos que se propuseram a dialogar com estudos sobre a espécie que nomeia esta mata: a *Araucaria angustifolia*, o pinheiro brasileiro, de uma perspectiva protagonizada por povos que habitam este lugar desde muito tempo atrás. Demonstrar, através dos trabalhos citados, as justificativas para a possível caracterização desta como uma floresta antropogênica. Na esteira desta exposição, apresento igualmente trabalhos que discorrem sobre o processo colonizador e predatório pelo qual este ecossistema enfrentou e continua enfrentando.

Outro motivo pelo qual considero o tema relevante é pelo fato de a araucária figurar na Lista de Espécies Criticamente Ameaçadas de Extinção da União Internacional para Conservação da Natureza (IUCN) desde o ano de 2011 e na Lista Oficial das Espécies da Flora Brasileira Ameaçadas de Extinção do IBAMA desde 2008, podendo desaparecer totalmente até o ano de 2070. Atravessamos críticas mudanças climáticas e a derrubada de florestas contribui diretamente para estas consequências.

De acordo com Jonathan Barichivich¹, florestas são muito mais do que materialidade, há nelas uma parte de espiritualidade. São muitas as formas de vida ali presentes e este legado é uma contribuição ancestral. As árvores são cápsulas do tempo, elas carregam informações

¹ Engenheiro florestal da Universidade Austral do Chile especialista em mudanças climáticas

do passado para o futuro, elas vivem enquanto morrem, são formas de vida e de morte peculiares, pois, uma árvore está mais morta do que viva: sua parte viva é uma camada de células pequenas ao redor da madeira e nas folhas, enquanto todo o interior, a madeira da árvore, é composto por tecido morto. Portanto, as árvores são uma forma de vida onde convivem a vida e a morte.

A araucária e suas formas peculiares sempre me despertou admiração e respeito pela imponência na paisagem e por tudo que venho aprendendo a respeito dela e dos povos indígenas que com ela tem um vínculo. Apesar de haver tantas outras árvores representativas e igualmente ameaçadas, como a Imbuia (*Ocotea porosa*) e a Canela-Sassafrás (*Ocotea odorífera*), para citar exemplos, e, compartilharem suas raízes a mesma terra e as copas o mesmo céu, esta pesquisa optou por atribuir protagonismo à emblemática Araucária e aos seus interlocutores humanos ao longo dos séculos, os povos Jê do Sul, que compreendem as atuais etnias indígenas Kaingang e Laklãnõ-Xokleng ²e os seus ancestrais, nomeados pela literatura como Proto-Jê, que habitaram e esta paisagem.

Desde a infância e já na escola, aprendi que a maior dispersora de suas sementes, os pinhões, seriam as gralhas-azuis (*Cyanocorax caeruleus*), mas também outros agentes não humanos. Sem retirá-los o seu mérito, este TCC buscou, principalmente, contar uma história sobre esta floresta sob um outro prisma, onde a espécie nativa tem sua contribuição reforçada pelas mãos humanas, tenha sido este fator proposital ou não. O manejo indígena e os saberes tradicionais associados, são modos de enriquecer e conservar o ecossistema, sendo apontados como grande contribuição pela sua expansão em tempos pouco propícios para a difusão “natural” desta espécie. A *A. angustifolia* se mostra presente junto a ocupação humana no Sul há alguns milhares de anos e isto, como será mostrado, não foi apenas uma mera coincidência. E, desde o século XIX até os dias atuais, a sua condição de explorada e ameaçada de extinção desenha um cenário preocupante.

1.2 Organização dos Capítulos

Na Parte 1, a introdução, exponho minhas motivações pelo estudo e minha trajetória até o final desta graduação em Antropologia, as referências utilizadas, a metodologia e a organização deste trabalho.

Na Parte 2, apresento a formação da paisagem da Floresta com Araucária, dedicando-

² Neste TCC opta-se por utilizar o termo Laklãnõ ou Laklãnõ-Xokleng de acordo com Gakran (2005), pois é como o povo se autodenomina atualmente.

o a alguns estudos referentes à formação paleoambiental, uma perspectiva de um tempo geológico, a paisagem da Floresta Ombrófila Mista. Apresentando e caracterizando a espécie *Araucaria angustifolia* desde muito antes da chegada dos humanos e o clima pouco propício para sua disseminação. Seguindo, foram trazidos trabalhos que demonstram os indícios de manejo já em um cenário de ocupação humana pré-colonial longínqua, contemplando pesquisas ecológicas e arqueológicas, para um entendimento das modificações deste ambiente após a última era glacial. Os esforços neste sentido se deram na realização de uma análise bibliográfica que introduzisse uma compreensão da história ambiental desta floresta, o papel da ação humana para que a sua principal espécie, a araucária, se expandisse por extensa região, conferindo uma característica singular à paisagem. Ainda no mesmo capítulo foi apresentado alguns pontos acerca do processo colonizatório das regiões que abrigam esta floresta e o extensivo desmatamento praticado pelo interesse econômico nas madeiras e os conflitos agrários provocados.

Na parte 3, no mapeamento de parte da bibliografia sobre a relação dos povos Jê com a araucária, apresento as pesquisas que expõem as relações que os povos originários Jê do Sul construíram com a floresta e principalmente com esta árvore, tanto os povos do passado, caracterizados como Proto-Jê, quanto os atuais indígenas Kaingang e Laklãnõ-Xokleng, demonstrando que os processos ecológicos e sociais não podem ser desembaraçados um do outro.

Por fim, na Parte 4, desenvolvo as considerações finais concluindo o trabalho.

1.3 Os caminhos que percorri

Minha trajetória até este trabalho final foi longa e sinuosa. Iniciei a graduação junto com a primeira turma do curso de Antropologia na Universidade Federal de Santa Catarina em 2010. No ano anterior, em novembro de 2009, participei como ouvinte da Semana Acadêmica de Cinema da UFSC, onde estiveram presentes os convidados para uma mesa-redonda o falecido diretor Andrea Tonacci, que entre suas produções, está o “Serras da Desordem” e o antropólogo e documentarista Vincent Carelli, que exibiu e debateu “Corumbiara”, filme lançado naquele mesmo ano. Ambas as produções tratam de questões indígenas, causando-me profundo impacto, tendo sido “afetada” pela experiência. Provavelmente foi o momento no qual me dei conta da necessidade de aprender sobre algo que, assim como muitas pessoas neste país, ignorei por muito tempo e estava mais próximo de minha realidade do que eu supunha, e mais tarde provocou-me o desejo de aprofundar o

conhecimento: as questões ligadas aos direitos indígenas e a luta pela terra. Poucos dias após este evento, foi anunciada a abertura do curso de Antropologia. Refiz minha inscrição para este novo bacharelado, motivada pelo anseio em compreender as dinâmicas da sociedade e neste processo aprender algo sobre mim mesma e meu lugar neste cenário caótico.

A oportunidade de estudar em uma Universidade Pública abriu-me portas para uma nova realidade. Mas não foi um percurso fácil. Condições materiais não eram favoráveis e não consegui acompanhar o ritmo acadêmico e as inúmeras possibilidades se abrindo à época e acabei por desistir algumas vezes da caminhada, devido à necessidade de trabalhar no mesmo horário do curso, então tive muito receio de jamais conseguir completar o trajeto iniciado.

Durante os períodos alternados dos vários abandonos e recomeços, pude experienciar ações de pesquisa e extensão, a maioria no âmbito da educação, tendo sido uma experiência marcante meu envolvimento no Observatório da Educação 2 em 2011, vinculado ao Instituto EduCampo/CED e a tutoria de um curso de formação para a prevenção ao uso de drogas, voltado para lideranças comunitárias, que envolveu o SENAD/Ministério da Justiça e a Secretaria de Educação à Distância/UFSC em 2014.

O primeiro projeto abordava a questão do letramento de professoras (es) de escolas em assentamentos, em cidades do interior dos três estados do Sul, em meio a conflitos territoriais, e o outro, uma política pública de abrangência nacional da abordagem multidisciplinar em redução de danos. Ambas proporcionaram uma enorme satisfação e profundos aprendizados, onde pude conhecer pessoas de todo o Brasil e começar a compreender o papel fundamental da atuação de antropólogas (os) em políticas públicas.

Em um exercício de aproximação, distanciamento e reaproximação com a Antropologia, fui compreendendo o tanto que este campo de conhecimento era vasto, ainda que sem muita clareza das possibilidades que teria para a minha vida. Os múltiplos diálogos com outras áreas do saber aos poucos me revelaram o desejo em tornar-me antropóloga, embora soubesse que necessitava obter em outros trechos do caminho alguns outros entendimentos. Necessitava ampliar a visão de aspectos que minha formação pessoal não pôde abarcar, para então, retornar a este objetivo principal. E admito que ainda encontro dificuldade em responder a pergunta que dirigem à todos os estudantes de Antropologia: “afinal, o que faz um (a) antropólogo (a)?”. Quem sabe futuramente esta se torne menos complicada.

Foi no final de 2015 quando iniciei aquilo que entendo como uma “retomada vegetal” pessoal. Decidi buscar o contato com a terra, redescobindo a afinidade que tinha com as plantas. E na intenção de envolver-me no âmbito comunitário, comecei pelo manejo de hortas em meu bairro, através do Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) e do Centro de Saúde que desenvolvem essa prática em suas dependências apoiados por profissionais de inúmeras instituições e a população do entorno. Também participei de iniciativas em outros bairros e conheci muitas pessoas que compartilhavam anseios parecidos e carregavam consigo histórias incríveis. Foi através das diferenças que pude enxergar a beleza de experiências em prol de objetivos coletivos, como a produção de alimentos saudáveis através dos saberes da agroecologia e da permacultura e em partilha com comunidades tradicionais locais.

No mesmo período passei a integrar o Núcleo de Educação Ambiental do Centro Tecnológico da UFSC (NEAmb), onde me engajei ativamente em projetos de extensão dentro do campus visando produção de mudas, quintais de ervas e pequenas hortas com alimentos orgânicos, bem como contribuir para ações agroflorestais em outras localidades, desta vez agregando conhecimento científico e tendo adquirido uma maior experiência.

Motivada pelo entusiasmo que a prática me proporcionou, no ano de 2017 iniciei o curso de Agronomia mas sem perder o olhar crítico. No contexto acadêmico das ciências agrárias experimentei conflitos ao deparar-me com a priorização da monocultura em detrimento da agrobiodiversidade e as práticas de utilização de agrotóxicos e sementes transgênicas. Impulsionado pelo setor privado, de fora da Universidade, mas com poder de influenciar os docentes, que incentivavam discentes em sua maioria ingênuos, a aderirem a esta prática profissional. Após alguns episódios difíceis, decidi me posicionar nas aulas, ainda que causasse alguns atritos.

Passei a integrar o Laboratório de Comercialização da Agricultura Familiar (LACAF) e participei de dois projetos: Células de Consumidores Responsáveis, de cestas de alimentos agroecológicos produzidos por pequenos agricultores do estado e a pesquisa sobre “Formação de preços de alimentos orgânicos na cidade de Florianópolis”, que visou elaborar boletins de preços no varejo. Também contribuí para o projeto HOCCA, de plantio agroflorestal no Centro de Ciências Agrárias.

Para além dos muros da Universidade, mas através dela, fui apresentada à Federação de Estudantes de Agronomia do Brasil (FEAB) e me aproximei da militância no âmbito

agrário. Conheci também diversas (os) integrantes do Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra (MST) e do Movimento de Mulheres Camponesas (MMC) em eventos, me sensibilizando cada dia mais em relação às causas territoriais em um país construído à base do sofrimento de povos da floresta, do campo e da cidade.

Após estas inúmeras vivências, foi se solidificando a percepção de minha atuação nesta diversidade, o ímpeto em compreender e dialogar com diversos setores da sociedade acerca de questões socioambientais. Todas as oportunidades nas quais me envolvi me proporcionaram significativo amadurecimento (às vezes na quebra das expectativas e em outras, nas boas surpresas) e uma maior clareza do objetivo de toda a minha formação acadêmica, os interesses despertados, as alegrias e frustrações, e principalmente, o desejo de contribuir para a construção de uma sociedade um pouco menos injusta, além de focar nos próximos passos em direção ao que pretendia enquanto futura profissional.

O ano de meu retorno definitivo à Antropologia, 2019, coincidiu com o capítulo sombrio em que o país mergulhou, de um (des)governo que promoveu a intolerância e o negacionismo, impulsionando práticas ecocidas e genocidas, além de muitos outros retrocessos políticos e socioeconômicos.

Mesmo sabendo que enfrentaria um grande desafio pela frente, não retrocedi e fui adiante. Minha maior motivação a retornar ao curso e me formar foi o anseio em me aproximar das questões territoriais indígenas, que até então não havia me permitido aprofundar academicamente.

Neste mesmo ano me tornei bolsista no Núcleo de Estudos sobre Povos Indígenas (antigo NEPI, hoje Arandu) e me aproximei da antropologia da educação e etnologia indígena, tendo vivido momentos enriquecedores em meio à pesquisadoras (es) que hoje reconheço como inspirações.

Como mencionado anteriormente, meu encanto pelo mundo vegetal é antigo. Mesmo retornando às ciências humanas não abri mão deste vínculo, e venho me associando a iniciativas que promovem reflexões sobre estas relações entre plantas e pessoas, seja em práticas agroecológicas nos espaços, quanto em outras coletividades possíveis.

Durante a pandemia de Covid-19 em 2020, um modo de lidar com o distanciamento social foi dedicar meu tempo a plantar, ver florescer e frutificar muitas coisas. Entre elas, contribuir para um plantio de alimentos orgânicos que seriam transformados em comida para

pessoas em situação de vulnerabilidade social. Estar ao ar livre e respeitando as normas estabelecidas de segurança contra o contágio, com outros envolvidos, foi possível retomar e ressignificar toda esta trajetória percorrida em meio ao caos que vivíamos. A partir do retorno gradual ao convívio acadêmico tive certeza de que meu interesse de pesquisa estaria no esforço em entender outros modos de se estar no mundo e as relações menos nocivas que povos construíram nos territórios, visando gerar abundância e não a escassez de recursos.

Em 2021, fiz um breve estágio na empresa Socioambiental, no setor socioeconômico e pude ter uma vivência e compreender as dinâmicas conflituosas do licenciamento ambiental em Terras Indígenas (TI).

Tive a felicidade tardia, de poder participar do Laboratório de Estudos Interdisciplinares em Arqueologia a partir de 2022, primeiro como aluna nas disciplinas oferecidas pelo professor coordenador, depois como voluntária em projetos e, por fim, aceitando uma bolsa oferecida para conhecer na prática como é uma pesquisa arqueológica, mais precisamente no meu campo de maior interesse, a Arqueobotânica, que estuda as relações entre povos do passado com os vestígios vegetais por eles deixados nas camadas estratigráficas de sítios arqueológicos. Este campo até então havia sido pouco explorado no Brasil, mas nas duas últimas décadas vem se desenvolvendo e demonstra grande potencial em um país com vasta biodiversidade.

Também participei de duas escavações arqueológicas, sendo isso a realização de um antigo desejo de criança, que assim como muitas outras, já havia sonhado em ser arqueóloga em algum momento da infância. Ambas as oportunidades foram em sítios no estado de Santa Catarina, um na divisa entre os municípios de Joinville e São Francisco do Sul, em um sambaqui com diversos vestígios vegetais bem preservados. O outro, no município de Alfredo Wagner, próximo à Grande Florianópolis. Este último sendo o que mais proporcionou-me a vontade de desenvolver pesquisa, pois ocorreu em um sítio com estruturas subterrâneas de ocupação Jê, emoldurado por araucárias que resistem em uma paisagem de monocultivos de *Pinus* e cebola. Após esta escavação, trouxe comigo um único pinhão que encontrei perdido no chão que cercava aquele sítio. O enterrei e esqueci. Certo dia, meses depois, realizando podas em casa, vi uma pequena planta escondida sob as folhas perfumadas de um gerânio e de uma erva-doce: era ela, a ousada araucária que insistiu em nascer no local menos provável para seu desenvolvimento. Tomei esta situação como um incentivo, pois tenho vivenciado momentos desafiadores nesta reta final.

Já no início de 2023 me voluntariei a ser monitora na Licenciatura Intercultural Indígena do Sul da Mata Atlântica (LII), curso ofertado pela UFSC desde 2011. Foi de grande valia para o meu entendimento em meio aos encontros e desencontros que ocorreram em muitos momentos e me permitiram reflexões que outras salas de aula não ofereceram, tendo aprendido muito com as (os) alunas (os) dos três povos do curso: Guarani, Kaingang e Laklãnõ-Xokleng. Tive a oportunidade de conhecer referências do campo da arqueobotânica no Museu Nacional/MN-UFRJ, reforçando meu interesse nesta área de conhecimento. Pouco tempo depois,

Em maio passei a colaborar no projeto “Conservação, restauração e estudo de estrutura funerária em argila policromada do Sambaqui da Carniça I” coordenado pela bioarqueóloga do Museu de Arqueologia e Etnologia da UFSC, sendo esta mais uma oportunidade valiosa para alguém que anseia por entender passagens do tempo distante tão cheio de lacunas a serem preenchidas.

Em suma, considero todas estas experiências de minha caminhada reveladoras, no sentido de dar-me conta de algo que sempre estive próximo, mas custei a enxergar: que as pessoas que já estavam aqui muito antes das invasões europeias deixaram suas marcas na paisagem e principalmente a arqueologia contribui para esta percepção ampliada de uma história indígena de longa duração. E diria que foram definidoras, uma vez que decidi seguir adiante na intenção de desenvolver pesquisa junto a etnias indígenas.

Foi em um dos intervalos finais da graduação quando me candidatei à seleção de mestrado no PPGAS/UFSC. Pois além de bacharela em Antropologia, busco me tornar uma antropóloga. Propus um projeto que busca realizar uma pesquisa a respeito desta relação que os povos Jê do Sul desenvolveram com a araucária, atribuindo a ela significados distintos de uma visão mercadológica que a julga apenas um recurso. E, felizmente, obtive sucesso e fui aprovada.

Por fim, ao encaixar as peças deste quebra-cabeça, me vi motivada pelo respeito as (os) primeiras (os) habitantes deste território, não só deste país, mas de todo este enorme continente, enfrentando grandes extensões de terra e água rumo aos seus destinos, neste admirável mundo novo. E ao criarem estratégias para lidar com o meio em que vivem, semearam florestas e produziram sociobiodiversidade ao longo dos milênios, resistindo bravamente a todo tipo de ameaças à sua existência.

Este presente trabalho se propôs a ser sobre a planta, mas também, sobre as gentes.

1.4 Referenciais Teóricos

Dada a necessidade interdisciplinar em buscar referências para este trabalho, me propus a trazer, principalmente, autores que trabalham com a Ecologia Histórica, sendo um dos principais o antropólogo William Balée (2006) que compreendem a paisagem como um lugar de interação com uma dimensão temporal que é tanto histórica e cultural como evolutiva, sobre a qual eventos passados têm sido inscritos na terra. Ainda, reconhecendo que sociedades indígenas moldaram não apenas mosaicos de ambientes com riqueza de recursos naturais, mas também, em alguns casos, aprimorando a diversidade de espécies.

Foram abordadas através dos autores citados, questões como as paisagens multiespécies de Tsing (2019). Busquei dialogar com botânicos como Hermann Behling (2002) que estudaram profundamente a formação da floresta com araucária.

Com a necessidade de trazer discussões de outros campos, sobretudo da Arqueologia, pesquisadores como Iriarte (2007) e outros que exploraram a ocupação humana pré-colonial do Planalto Sul e propuseram a expansão da araucária ligada à expansão Jê pelo território em épocas de mudanças climáticas. Pesquisadores da Ecologia tais como Aline Cruz e colaboradores (2020) que compreendem o papel do manejo florestal por povos ameríndios do passado na contribuição para a biodiversidade atual e as possibilidades de se pensar esta questão em relação à paisagem da Floresta com Araucárias.

Para abordar o desmatamento e a colonização desta paisagem, foi utilizada bibliografia de autores do campo da História Ambiental, como Carvalho (2006) Sá (2023) e outros.

E diante da necessidade de apresentar os povos que são o foco deste trabalho, também foram trazidos etnólogos que produziram estudos clássicos como Herbert Baldus (1937) e Egon Schaden (1989), no capítulo sobre a relação dos povos Jê com a araucária, bem como Silvio Coelho dos Santos (1973), Robert Crépeau (1997) Wittmann (2007), e outras referências, na intenção de subsidiar as referidas pesquisas citadas.

Compreendendo a importância, também foram citadas autorias indígenas falando sobre as próprias concepções das culturas de seus povos como Biazi (2023).

1.5 Metodologia

Utilizou-se o método bibliográfico para sua elaboração. Em princípio, se propôs a realizar um ‘estado da arte’. No entanto, a possibilidade de realizar algo do tipo se mostrou restrita pela escolha do tema, a multidisciplinaridade e os poucos trabalhos que abordassem propriamente a relação indígena pretérita e atual com as araucárias, além do tempo disponível para a realização.

Neste TCC foi priorizada a realização de pesquisas sobre o principal tema, o manejo e conservação da araucária pelos indígenas no Catálogo de Teses e Dissertações da CAPES nos mês de agosto de 2023 e novamente em novembro de 2023. No entanto, por ser tratar de tema de interesse pessoal, no qual houve um contato prévio com algumas bibliografias, as demais buscas de artigos e outros tipos de trabalhos acadêmicos se deram nas referências destas mesmas teses e dissertações, em repositórios de instituições de ensino, em sua maioria públicas e pertencentes aos três estados do Sul e também nas páginas de seus laboratórios de pesquisa, quase todos ligados às Ciências Humanas e Sociais, Biológicas e Agrárias. Foram igualmente agregadas algumas leituras previamente realizadas em disciplinas cursadas ao longo dos anos.

O desafio para encontrar materiais de acordo com a escolha do banco de dados foi a seleção das palavras-chaves, que são definidoras e limitadoras dos conteúdos destas produções. Na busca realizada no Catálogo de Teses e Dissertações da CAPES, as primeiras combinações exploradas foram: “araucária+Jê”, com 4 trabalhos encontrados.

Em seguida, “araucária+Kaingang”, com também 4 trabalhos. Seguido de “Xokleng+araucária” resultando em apenas 1 trabalho encontrado. A busca “araucária+indígena” resultou em 11 teses e dissertações, já “desmatamento+araucária” proporcionou 18 resultados e “manejo+araucária”, um tanto mais abrangente, resultou em 118 trabalhos encontrados.

Devido ao baixo número de trabalhos condizentes com a temática específica, optou-se por uma pesquisa mais inclusiva, ainda que exaustiva. Foram utilizadas as seguintes palavras-chaves: “Araucaria angustifolia” (538 resultados), “Jê” (275 resultados), “Xokleng” (79 resultados), “Laklano” (37 resultados) e “Kaingang” (399 resultados). Uma quantidade considerável e esperada para termos generalizantes. No entanto, faz-se necessário sinalizar a problemática deste tipo de consulta uma vez que em diferentes momentos o número de resultados se desencontra, podendo oscilar na quantidade e revelar ou subtrair trabalhos.

Os critérios de eliminação, além dos títulos, resumos e palavras-chaves dos trabalhos já selecionados, foram 1) busca de termos na escrita das teses e dissertações contendo: “araucária”, “pinheiro”, “pinhão”, “madeira” e “araucaria angustifolia”, 2) apresentar mais de um parágrafo mencionando a relação socioecológica entre povos indígenas e a espécie, bem como o desmatamento e a colonização destas paisagens ao longo da história. Alguns trabalhos citavam a temática em poucas palavras, mas apresentavam referências que pudessem contribuir com a análise.

De todas as possibilidades, restaram poucas teses e dissertações que discutissem o manejo e conservação da araucária pelos povos Jê no passado e no presente, e/ou as consequências das interferências humanas nas paisagens que acarretaram a redução da sociobiodiversidade e os conflitos ambientais antecedentes e que se estendem até o presente, além dos vários resultados que se repetiram ou que não apresentavam sequer ter alguma relação com a discussão proposta. Neste último caso, possivelmente seriam problemas de ordem técnica e metodológica da construção e manutenção desta plataforma virtual.

Este trabalho não se propôs a um exercício exaustivo de leitura e referência de toda a bibliografia disponível sobre o assunto. Foram escolhidos apenas alguns estudos para serem elucidados. Foram analisadas pesquisas que na totalidade são interdisciplinares, embora estivessem individualmente atreladas à Programas de Pós-Graduação que são em sua maioria restritos a áreas como: Antropologia Social, História, Ecologia, entre outras.

A maior parte dessas dissertações e teses foram produzidas por pesquisadoras (es) vinculadas (os) às instituições dos três estados do sul: Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul, considerando a proximidade geográfica e o histórico de atuação de especialistas no assunto nesta região. O produto desta breve análise bibliográfica foi a articulação das diversas pesquisas em uma tentativa de síntese desta história de longa duração desta paisagem transformada por pessoas.

2. FORMAÇÃO DA PAISAGEM DA MATA DE ARAUCÁRIA

Neste capítulo é apresentada a formação desta paisagem em seus primórdios, antes da chegada dos humanos e aborda a sua história ambiental enquanto floresta que foi se expandindo a partir das modificações no clima e na ocupação humana pré-colonial, e posteriormente reduzida devido a degradação pelo desmatamento desenfreado.

2.1 Caracterização paleoambiental no Tempo Geológico

Aqui se realizou uma breve periodização geológica para situar a discussão da formação da paisagem desta floresta em seus primórdios. Seguida de uma elucidação acerca das variações climáticas que em um determinado período dificultaram as araucárias a expandirem naturalmente. No entanto, a partir do início do Holoceno, época em que vivemos, foi possível que se multiplicasse pelos campos. Foi apresentada e caracterizada a principal espécie que torna a Floresta Ombrófila Mista singular bem como a sua área de abrangência. Adiante, tratou-se introdutoriamente dos processos de disseminação da espécie a partir do manejo humano pré-colonial protagonizado pelos povos ancestrais aos Jê do Sul e os indícios deste manejo na paisagem. Por fim, foi retratado os processos históricos desta floresta que a partir da colonização europeia e a ocupação e exploração ostensivas da mesma acarretou a degradação deste cenário, onde o desmatamento desenfreado trouxe até os dias atuais as modificações e consequências negativas de tal intervenção humana, oposta àquela de tempos anteriores.

Na Era Cenozóica, há aproximadamente 65,5 milhões de anos, estendendo-se até hoje, tem os mamíferos como a principal classe evolutiva, ficando conhecida como a “era dos mamíferos” (Berggren et al., 1995 *apud* Machado, 2021). Durante essa era, a Terra assumiu sua forma atual, com grandes atividades vulcânicas e ocorrendo a formação de maciços montanhosos no mundo, como os Alpes e os Andes (Schellart, 2008 *apud* Machado, 2021). Esta era se divide em três períodos, que são eventos de menor intensidade, delimitados, principalmente, por correlações fossilíferas ou bioestratigráficas, são eles: Paleogeno, Neogeno e Quaternário.

O Quaternário compreende duas épocas: o Pleistoceno e o Holoceno. Nelas se intensificaram as atividades antrópicas, porém, no Pleistoceno houve períodos de glaciação recorrentes e intercalados por períodos com elevação da temperatura.

Tendo a última ocorrido há aproximadamente 12 mil anos, dando início ao Holoceno, onde vivemos. Machado (2021) revela ainda que comparado ao Pleistoceno, o Holoceno apresenta variações climáticas, principalmente devido à interferência da humanidade. Variações no clima do planeta afetaram os níveis oceânicos e quantidade de gelo presente nas calotas polares, sobretudo no que diz respeito à temperatura e umidade. Perin (2019) indica que as áreas campestres do Sul do Brasil podem ser consideradas relictos do clima mais frio e mais seco, condição que se estendeu praticamente durante todo o Pleistoceno Superior (período de 90 mil anos associado à última Glaciação).

Estas variações tiveram grande impacto na extensão das florestas (Iriarte & Behling, 2007) e grande parte do que se observa na distribuição atual das espécies florestais representa as etapas de recuperação frente às mudanças climáticas ocorridas no passado. O autor destaca, no caso da Floresta Ombrófila Mista, que no Holoceno Inicial as florestas regionais encontravam-se com sua ocorrência restrita a pequenos sítios associados a cursos de água, sendo a paisagem predominantemente campestre. Já no Holoceno Tardio, observa-se uma forte tendência de expansão do componente florestal sobre os campos, que supostamente teria se dado devido ao aumento da presença de espécies colonizadoras, como a *Araucaria angustifolia*.

2.2 A Floresta com Araucária

Este ecossistema, oficialmente conhecido como Floresta Ombrófila Mista pelo IBGE, mata-de-araucária ou Floresta com Araucária (EMBRAPA, 2021), predomina no Planalto Meridional da região Sul do Brasil acima de 500 metros de altitude e compreende uma área de 250 mil km² distribuída principalmente nos estados do Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul (Carvalho, 2011), respectivamente e em alguns lugares do Sudeste.

É uma das fitofisionomias da Mata Atlântica e é considerada um hotspot de grande diversidade biológica, rica em espécies endêmicas como a árvore que a nomeia (Figura 1) e que estão ameaçadas devido a ações humanas predatórias, visíveis em seus remanescentes.

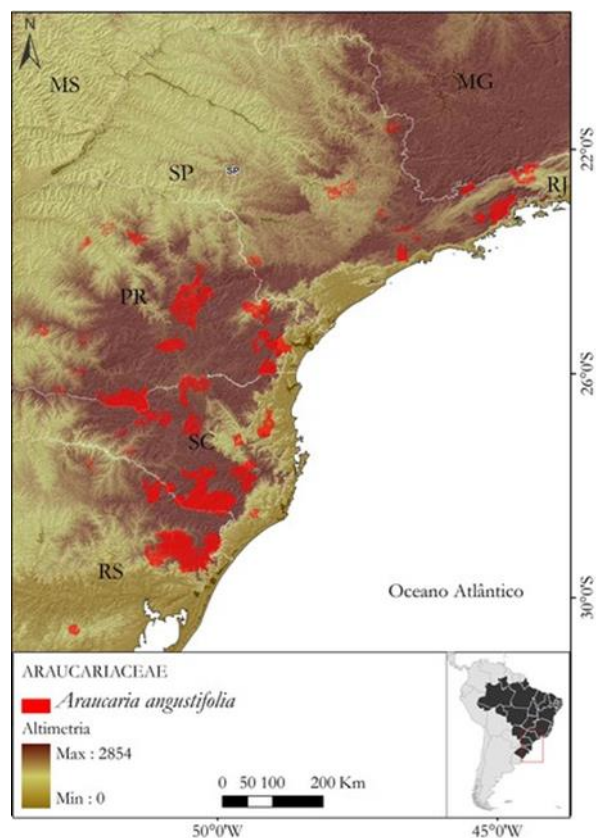


Figura 1 – Mapa de ocorrência original da *Araucaria angustifolia* (CNCFlora, 2012)

De acordo com paleobotânico Hermann Behling (2002), que realizou inúmeras pesquisas na região, a floresta subtropical de araucárias é encontrada nas terras altas do sul do Brasil, possui clima temperado e úmido, sem períodos de seca muito pronunciados. O nível de precipitação média anual está entre 1400 e 2200 mm. A própria *Araucaria angustifolia* requer um mínimo de 1400 mm de precipitação anual sem uma estação seca anual marcada (Idem). E a temperatura média anual varia principalmente entre 12 e 18°C. As noites frias de inverno podem apresentar temperaturas entre -4 a -8°C na região alta da Serra Geral (Nimer, 1989 apud Behling, 2002).

O autor sugere também que registros de pólen datados por radiocarbono apontam que onde hoje predomina a floresta de araucária, há aproximadamente 14 mil anos A.P. (antes do presente), época denominada “Período Glacial Tardio”, dominava a vegetação de campos.

Um registro de carvão vegetal das terras altas do Sul indica que o fogo era relativamente raro nesta vegetação durante o Período Glacial Superior (Behling, 1997a). A pouca frequência de fogo pode indicar que este período foi mais úmido do que o início do Holoceno (aproximadamente 12 mil anos A.P.) e/ou que os primeiros humanos poderiam ainda não ter chegado a esta região. Outros registros de pólen coletados nos estados do RS, SC e PR e analisados, demonstram que enormes áreas de vegetação de campos continuaram a

dominar esta paisagem durante o início e meados (entre 7 mil e 5 mil anos A.P.) do Holoceno. Esta vegetação indica climas quentes e secos com uma estação seca anual de provavelmente cerca de 3 meses.

Machado (2021) propõe que a expansão inicial da FOM começou por galerias ao longo de rios, por volta de 4000 a 300 anos A.P. (Figura 2) E Hermann Behling (2004) indica uma expressiva expansão da floresta com araucária nas terras altas substituindo a vegetação de campos em determinados pontos no RS e SC após 1000 anos A.P. e no PR após 1500 anos A.P., no Holoceno Tardio, tendo o clima se tornado mais úmido com menores períodos de seca. E como será visto adiante, coincidindo com a expansão dos ancestrais dos povos Jê pela região Sul. Uma datação de carbono 14 em Cambará do Sul indica que o início da expansão da FOM começou por volta de 4.320 anos AP, reflexo de um clima úmido e ausência de períodos de uma seca sazonal (Behling et al., 2004).

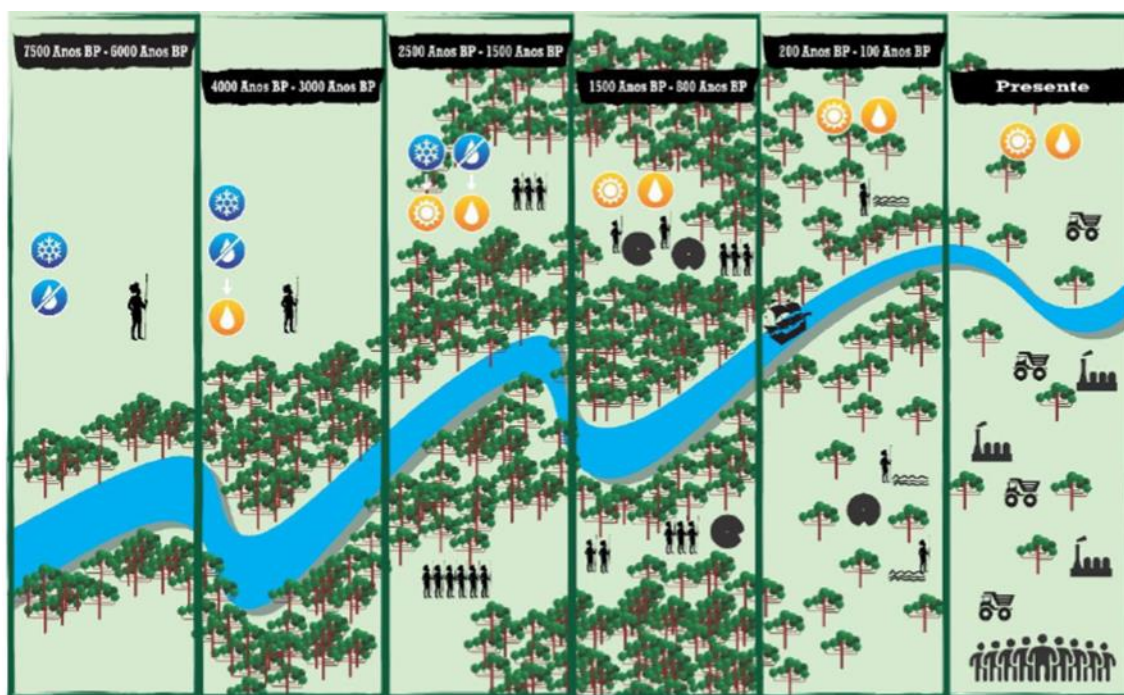


Figura 2 - Crescimento da FOM associada a povos indígenas no tempo (Machado, 2021)

Retomando Machado, este afirma que no decorrer do Holoceno Tardio, a Floresta com Araucárias se expandiu pela região por redes, por meio de cursos d'água. Na segunda parte deste período, entre 1500-800 anos AP, teve uma expansão notável, substituindo os campos. Tal expansão é relacionada a uma rápida mudança climática, para maior umidade, com elevada taxa de precipitação e estações secas menores ou ausentes (Behling & Pillar, 2007 apud Machado, 2021).

Por fim, o autor afirma que a expansão natural da Floresta com Araucárias, que

atualmente não é possível devido à interferência de atividades antropogênicas, iria retrair as áreas de campos. Há evidências de que com a eliminação da criação de gados e incêndios intencionais, a floresta tenderia a se expandir ainda mais sobre os campos.

2.3 Araucária, a árvore

A *Araucaria angustifolia* (Bert.) O. Ktze (Figura 3) pertence à família botânica das Araucariaceae (Reitz e Klein, 1966), que fazem parte do filo *Coniferophytas* (coníferas), as quais, por sua vez, pertencem ao grupo das gimnospermas. Atualmente, a família das Araucariaceae engloba cerca de 40 espécies, divididas nos gêneros *Araucaria*, *Agathis* e *Wollemia*. Se mostra presente junto a ocupação humana do sul do Brasil há alguns milhares de anos. Os autores ainda identificaram nove variedades, cujos nomes populares são: Pinheiro Elegante, Pinheiro São José, Pinheiro Caiová, Pinheiro Macaco, Pinheiro Brasileiro, Pinheiro Preto, Pinheiro Rajado, Pinheiro de Ponta Branca, Pinheiro Branco. Neste trabalho não foi possível identificar as variedades identificadas e nomeadas pelos indígenas propriamente.



Figura 3 – A árvore de araucária (*Araucaria angustifolia* (Bert.) O. Kuntze) (Ferri, 2017).

Ferri (2017) afirma que a história evolutiva das araucárias se entrelaça com a própria evolução dos vegetais, milhões de anos atrás, quando as plantas passaram a dominar a superfície do Planeta. Com os eventos tectônicos do Jurássico, as gimnospermas coníferas foram favorecidas pela criação de ambientes instáveis e solos desnudados, pois possuem grande capacidade adaptativa ao estresse e a solos finos. Neste período, as coníferas espalharam-se por todo o globo terrestre (Figura 4).

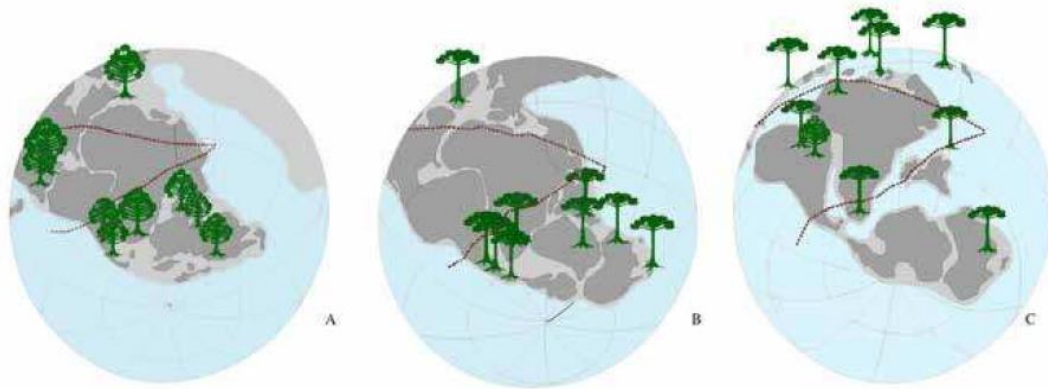


Figura 4 – Paleogeografia das coníferas relacionadas às *Araucariaceae* (Ferri, 2017)

A araucária brasileira é nativa da Floresta Ombrófila Mista (FOM), sendo encontrada em uma abrangência do estado do Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná e possui registros no estado de São Paulo e no sul de Minas Gerais. Nem toda a FOM apresenta araucárias e nem toda araucária ocorre, necessariamente na FOM (EMBRAPA, 2021). Especificamente no Sul, ela ocorre desde a borda das Serras do Mar e da Mantiqueira até o Oeste brasileiro (Reitz e Klein, 1966). De acordo com a União Internacional para Conservação da Natureza (Thomas, 2013), entrou para a lista de espécies criticamente ameaçadas de extinção no ano de 2011, podendo desaparecer totalmente até o ano de 2070, e figura na Lista Oficial das Espécies da Flora Brasileira Ameaçadas de Extinção do IBAMA desde 1992. Além disso, conforme Lauterjung (2017), as Unidades de Conservação de proteção integral exigem a desapropriação e remoção do ser humano do meio (Brasil, 2000) e tais medidas desconsideram que a interação entre o ser humano e a araucária pode ser benéfica para ambas as partes.

Dentre todas as espécies vegetais desta floresta, a araucária se destaca por seu valor econômico, paisagístico e ecológico. Sendo uma gimnosperma conhecida popularmente como pinheiro-do-paraná, *zág* (Laklãnõ-Xokleng), *fág* (Kaingang), pinheiro-brasileiro, dentre outras denominações. Acrescenta que também é conhecida como, pinheiro-do-brasil, pinheiro-nacional, pinho ou araucária e em tupi-guarani, é chamada de *curi* ou *curiy*. No Norte da Argentina, onde também ocorre, é chamada de *pino de las misiones*. E, internacionalmente, seu nome aparece como *brazilian pine*, *parana pine* e *candelabra tree*.

No mesmo artigo, Ferri (2017) ainda acrescenta que a *Araucariaceae* é considerada a família de coníferas mais antiga ainda existente, com início de desenvolvimento marcado após a extinção do Permiano-Triássico, entre as eras Paleozoica e Mesozoica, há cerca de 251

milhões de anos. Os registros fósseis indicam que o gênero *Araucaria* aparece estabelecido no período Jurássico, sugerindo também que a seção *Columbea* (das espécies *Araucaria araucana* e *Araucaria angustifolia*) surgiu nesse período. Com a fragmentação do supercontinente Gondwana no início do período Cretáceo, as coníferas se estabeleceram nas terras com climas frios ou secos, e solos menos férteis, pois as regiões mais favoráveis passaram a ser domínio das plantas angiospermas.

Na América do Sul, fósseis das *Araucariaceae* datados do período Triássico foram encontrados em diversas e amplas áreas da Argentina e do Chile, demonstrando que, no passado, estas plantas ocuparam uma área muito maior do que suas atuais regiões de ocorrência. Tais fósseis sugerem que as espécies *Araucaria araucana*³ espécie considerada importante para o povo Mapuche, e *Araucaria angustifolia* podem ter uma origem comum, apesar de atualmente estarem isoladas, a grande distância uma das outras (Ferri, 2017).

Sobre a sua ecologia, de acordo com as informações disponibilizadas pelo Centro Nacional de Conservação da Flora (CNCFlora, 2012), referência nacional sobre biodiversidade e conservação da flora brasileira ameaçada de extinção e ligado ao Jardim Botânico do Rio de Janeiro, a araucária é uma árvore que chega a 50 metros de altura e 2,5 metros de diâmetro. A espécie é uma gimnosperma dioica, característica da Floresta Ombrófila Mista, onde forma populações densas, e dos campos de altitude, onde ocorre geralmente de forma isolada. O desenvolvimento inicial da araucária se dá igualmente bem no sol ou na sombra. Em áreas de campo, a araucária é uma espécie facilitadora, criando condições propícias para o estabelecimento de outras espécies lenhosas típicas da Floresta Ombrófila Mista, além de atuar como um atrator de dispersores de sementes (Figura 5).

³ O termo genérico *Araucaria* possui seu radical na palavra *Arauco* (na língua mapuche, “água calcária”), uma região do Chile, e o termo específico *angustifolia* provém do latim, “folhas estreitas”.



Figura 5 - Pinhas abertas com pinhões. (Peres, 2009, adaptado de Koch, 2002)

Sobre sua utilidade, Reitz & Klein (1960) afirmam que os usos mais comuns são taboado, vigamentos, pranchões, caixas, móveis, cabos de vassoura e de ferramentas, palitos de dentes e de fósforo, fabricação de compensados, pasta mecânica e celulose, papel, matéria plástica, lã e seda artificiais, instrumentos de música, instrumentos de adorno, artigos de esporte, separadores para acumuladores, caixas de ressonância de piano, tacos de nós, mourões, telhas de tabuinhas etc. Os galhos e refugo, e especialmente o “nó de pinho” servem para lenha e combustível de caldeiras. O mesmo, preparado, serve para obras artísticas de tornearia de fábricas. A resina serve de base para a fabricação de vernizes, terebentina, acetona, ácido pirolenhoso e outros produtos químicos. Todas essas utilizações, e outras, acarretaram a exploração intensa da madeira, assunto a ser melhor abordado adiante.

2.4 Paisagens manejadas

Atualmente refere-se à Mata de Araucária como uma floresta que foi manejada por povos que nela viveram contribuindo para sua expansão. A *A. angustifolia* se mostra presente junto a ocupação humana do sul do Brasil há alguns milhares de anos, inclusive, com o primeiro registro documentado por Pontes et al. (2023) de pintura rupestre (Figura 6) de árvores desta espécie na região de Piraí do Sul (PR), reafirmando o que vem sendo demonstrado em pesquisas, que sua ligação é significativa.



Figura 6 – Pintura rupestre representando araucárias em Pirai do Sul/PR (Pontes et al., 2023)

Clement & Cassino (2020) definem a domesticação da paisagem como um processo no qual a intervenção humana na paisagem e a manipulação de seus componentes resultam em mudanças na sua ecologia e na demografia de suas populações de plantas e animais, resultando em uma paisagem mais produtiva e agradável para os seres humanos (Clement, 1999). Esta iniciaria como uma intervenção, um processo inconsciente, e se tornaria consciente a medida que as pessoas permanecessem nesta paisagem e comesçassem a manipular, de fato, os seus componentes.

No Holoceno Inicial, chegaram os primeiros grupos migratórios de ameríndios caçadores-coletores. Eles se estabeleceram em áreas de paisagens abertas, cobertas por arbustos e gramíneas que se estendem até o planalto (Silveira; Oliveira, 2005 *apud* Machado, 2021).

Meados de 11000 anos AP parece ter sido um período que as populações humanas se expandiram pelo Brasil, processo associado ao aumento da diversidade cultural, uma vez que, por volta de 10500 anos AP, encontravam-se no mínimo quatro complexos líticos tecnológicos no território, sendo um deles o da tradição Umbu, associada a caçadores-coletores nômades (Bueno, Dias & Steele, 2013) que estavam majoritariamente localizados no Sul e Sudeste do Brasil, abrangendo partes da Argentina e Uruguai, com vários sítios encontrados sobre a Bacia de La Plata. Os autores afirmam que a maior concentração dessa

tradição era encontrada nas margens de planaltos, entretanto, também havia ocupações em terras baixas, adjacentes aos rios, córregos ou até mesmo lagoas.

Associado ao clima úmido, favorecendo a expansão da FOM durante o Holoceno Tardio no Sul, começou a expansão dos povos falantes Jê, que ocupavam grande parte do Brasil meridional e Argentina (Araujo, 2007 *apud* Machado, 2021).

Na literatura arqueológica, os Taquara/Itararé são associados aos atuais Kaingang (Schmitz, 2009) e registros de carvão mostram que as populações praticavam agricultura de corte e queima em elevações mais baixas, desde o início do Holoceno Tardio, por volta de 4300 anos A.P., e continuaram com essa prática até a segunda parte desse mesmo período (Iriarte & Behling, 2007), podendo ser considerados manejadores da paisagem da região (Copé, 2015; Reis, Ladio & Peroni, 2014). E faziam diversos outros usos, como o plantio de árvores de araucária para a demarcação de território e atrair caça (Reis *et al.*, 2018).

Como atribuiu Balée (2006), em ecologia histórica o conceito de paisagem transformada que resultou na chamada floresta antropogênica derivou inicialmente de evidências da agricultura e agroflorestamento. E Eduardo Neves (2020) afirma ser inviável dissociar a história natural das florestas tropicais da história de seus habitantes milenares, incluindo os humanos. Lauterjung (2017), citando Iriarte e Behling (2007), propôs que entre 2000 e 1000 anos A.P., a intensificação da expansão da araucária foi contínua, de tal forma que, dentro de um período de 100 anos, a vegetação florestal poderia ter substituído a vegetação de campo existente no planalto do Sul do Brasil.

E o mesmo autor reafirma que a *Araucaria angustifolia* teve sua dispersão auxiliada por grupos humanos (da tradição linguística Jê do Sul), responsáveis provavelmente pela maior parcela da distribuição máxima da espécie em eventos de dispersão mais distantes. E isso não exclui o efeito da dispersão da fauna. Esta espécie sofreu uma expansão recente e rápida, a partir de uma única região de refúgio, presente na região de serra no Sudeste do estado de Santa Catarina e Nordeste do Rio Grande do Sul, em concordância com dados palinológicos e de modelagem climática.

Cruz *et al.* (2020) também corroboram com a influência histórica das atividades humanas no que anteriormente era considerado florestas primárias, intocadas ou intocadas. Muitas florestas tropicais anteriormente consideradas intocadas foram reveladas como tendo sido moldadas por sociedades humanas passadas. Por exemplo, estudos recentes

demonstraram que as florestas amazônicas foram modificadas pelas populações indígenas durante milênios, alterando a distribuição das espécies vegetais em toda a região. A Mata Atlântica catarinense provavelmente não é exceção: a região também foi ocupada pelos ameríndios muito antes e continuou após a chegada dos europeus.

A autora e seus colaboradores (2020) afirmam que estudos arqueológicos reconstruíram a história humana de longo prazo da região, identificando muitos sítios arqueológicos do Holoceno no sul do Brasil (pelo menos 1704 sítios já mapeados na região). Isso indica que a Mata Atlântica, hoje drasticamente reduzida e fragmentada, tem uma longa história de interação humana.

Ainda a mesma (2020), aponta que além do mais, existe uma correlação temporal entre a expansão humana e da araucária, a qual não conseguiria atingir a sua área de distribuição máxima sem o auxílio humano, que movimentava sementes por longas distâncias. Assim, reforça a perspectiva de que as paisagens com araucária são paisagens culturais, antropogênicas. Bitencourt & Krauspenhar (2006) consideram que o aproveitamento dos pinhões e as limpezas de terreno em meio à floresta, para poder construir casas subterrâneas, feitas pelos antigos povos Jê no intuito de plantar algumas culturas, especialmente o milho, reforçam a ideia de uma contribuição antropogênica pré-colonial na dispersão da araucária. Esta questão será abordada na Parte 3, na revisão de literatura sobre os Proto-Jê.

2.5 Desmatamento e Colonização

Segundo o botânico Roberto Klein (1960), a área que a Floresta Ombrófila Mista ocupava até o final do século XIX era de aproximadamente 200 mil km, ocorrendo com maior intensidade no Paraná, Santa Catarina, Rio Grande do Sul, apresentando manchas esparsas no sul de São Paulo (3%), adentrando o sul de Minas Gerais e Rio de Janeiro (1%).

A exploração da araucária começou no início do século XIX e foi sendo agravada no século XX (Carvalho, 2011), o que levou a ser incluída na categoria “criticamente em perigo” da IUCN.

Guerra (2002) expõe que, da Floresta com Araucária, restam hoje apenas 2 a 4% da área original, formada de pequenos fragmentos de mata bastante alterados por décadas de extração de madeira, atividade extrativista e agropecuária.

Carvalho (2006) em sua dissertação explica a importância da leitura de trabalhos

interdisciplinares, ao afirmar que não se pode compreender adequadamente, sem o contato com outras áreas do conhecimento, a magnitude do problema do desmatamento, e isso vale para outros tipos florestais, sem saber o que significa uma floresta bem preservada, quais as suas funções na manutenção do equilíbrio ecológico de uma região, incluindo o clima, os solos, os recursos hídricos.

Marcelo Carvalho (2006) ainda cita que alguns autores têm enfatizado a importância do momento da I Guerra Mundial para o súbito aumento da produção madeireira e exploração das matas de araucária no Sul do Brasil. Vários fatores contribuíram para essa elevação da produção. Entre eles uma série de mudanças que estavam ocorrendo no planalto sul-brasileiro nos primeiros anos do século XX: a construção da ferrovia São Paulo – Rio Grande teve tanta influência na ascensão da produção madeireira quanto às condições econômicas geradas pela I Guerra Mundial. Projetada desde o final do século XIX, a estrada de ferro foi inaugurada em 1910, num total de 1403 km entre Itararé (SP) e Santa Maria (RS), cortando amplas extensões de matas praticamente inexploradas do interior do Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul, ligando Santa Maria (RS) a São Paulo, e dessa forma também ao Rio de Janeiro. Ainda contava com vários ramais, entre os quais o ramal de União da Vitória (PR) a São Francisco do Sul (SC), inaugurado em 1917, e que também atravessava densos pinhais em extensas planícies próximas ao rio Iguaçu.

Tendo sido a *Southern Brazil Lumber and Colonization Company*, a subsidiária da empresa construtora da ferrovia que instalou em Três Barras em 1911 a maior serraria da região da Araucária, e segundo vários autores, “a maior serraria da América do Sul”. ainda instalou outras serrarias, em Calmon (SC), e em Jaguariaíva (PR), e por muitos anos constitui-se na liderança da produção/exploração madeireira nas florestas com araucária (Carvalho, 2006).

Em sua tese, Carvalho (2010) também revela que a expansão da agropecuária é o que mais teve impacto na floresta com araucária. As atividades agrícolas dos colonizadores exigiam a eliminação completa da cobertura florestal de áreas amplas, sem que as florestas tivessem chance de se regenerar ao menos até um estágio secundário, como era o caso da coivara indígena.

Bois e cavalos roíam as cascas dos pinheiros bem jovens, o que acaba por matar essas árvores e impedir sua regeneração. A antiga prática da criação de porcos era feita com estes soltos, e se beneficiava bastante da quantidade imensa de pinhões que deveria existir no

outono/inverno do planalto em épocas.

O mesmo autor (2010) ainda evidencia que as florestas primárias (e, portanto, grandes pinheirais produzindo grande quantidade de pinhões) abundavam no Sul. Essa prática, boa para os porcos e seus donos, tinha, no entanto, consequências ruins para o ecossistema da floresta com araucária, pois diminuía a quantidade de pinhão disponível para a fauna nativa, que, ao contrário dos porcos e dos seus donos humanos, ajudavam na dispersão das sementes e no povoamento da araucária.

Carvalho (2006) afirma que pode-se dizer o mesmo sobre o uso do fogo no intuito de renovar as pastagens (tanto nas áreas de campos naturais quanto nas áreas retiradas das florestas para tal fim) e para limpar uma área de floresta ou capoeira para a lavoura. Foi uma das técnicas agropecuárias que causou extensos danos às florestas, principalmente após a passagem da indústria madeireira, que retirava as árvores maiores (Figura 7) e mais difíceis de derrubar e abria estradas a fim de facilitar o escoamento da madeira.



Figura 7 - Pinheiro sendo derrubado na floresta em Irani/SC, 1957. (Carvalho, 2006).

Quanto à lenha, Carvalho (2006) frisou que o uso dela também teve um impacto considerável nas florestas com araucária, assim como em outros ecossistemas. Era de longe o principal combustível e fonte de energia utilizado no país na década de 40 e possivelmente até a década de 1960. Podendo dizer que o Brasil era um país movido a lenha.

Voltando à sua dissertação (2006), o historiador explica que o processo histórico de devastação da Floresta com Araucária, apesar de incontrolável ao longo do século XX, foi alvo de severas críticas e preocupações de observadores contemporâneos a esse processo. O Instituto Nacional do Pinho, criado em 1941, já sinalizava uma preocupação governamental com a rápida devastação desta floresta e a necessidade de ao menos promover e fomentar o reflorestamento. Contudo, semelhante ao atual ambíguo conceito de desenvolvimento sustentável, o órgão era encarregado de ao mesmo tempo defender os interesses da produção madeireira (o desenvolvimento), através da criação de medidas legais e incentivos, e "promover o reflorestamento das áreas exploradas e desenvolver a educação florestal nos centros madeireiros".

A historiadora Débora Sá (2023) atenta para a compreensão do processo histórico de fragmentação da Floresta com Araucárias no Sul do Brasil, seja preciso lembrar que os processos migratórios que resultaram no aumento da densidade demográfica e consequente uso dos espécimes nativos desta floresta são resultados de dinâmicas e conjunturas socioeconômicas europeias. Tal contexto fez com que famílias inteiras migrassem para a América do Sul em busca de melhores condições de vida. O governo brasileiro, com o objetivo de estimular a (re)ocupação de terras localizadas no sul do Brasil, concedeu incentivos fiscais para que europeus se estabelecessem na região para a prática de agricultura. Isso, na percepção dos agentes políticos da época, contribuiria para o desenvolvimento econômico do país.

Citando Zarth (Zarth *apud* Sá, 2023), a autora diz que o projeto de colonização das terras do Sul do Brasil estava atrelado ao pensamento de que “os conhecimentos dos povos indígenas e tradicionais sobre agricultura eram atrasados e deveriam ser substituídos por outros, produzidos pela ciência e a tecnologia europeia”. As terras não eram devolutas ou vazias, mas pertencentes às comunidades indígenas e caboclas, cuja reocupação, por europeus e seus descendentes, alterou o modo de vida destas comunidades.

Ao citar Radin (2016), Sá analisa a implementação da Lei de Terras de 1850, instrumento utilizado pelo governo Imperial para legitimar a propriedade privada da terra.

Nesse sentido, por meio da escritura pública, o instrumento “interferiu sobremaneira no modo de vida das populações nativas, considerando que a noção de propriedade que historicamente construíram, era muito diferente daquela que os colonizadores possuíam”. Sá ainda declara que as comunidades tradicionais produziam o necessário para a sua subsistência, com menor impacto ambiental possível. Já os colonizadores seguiam a visão dos órgãos da época e percebiam o processo de colonização como um meio eficaz de levar o progresso às regiões com extensas coberturas florestais. Sendo assim, a perspectiva eurocêntrica era de que as matas eram improdutivas do ponto de vista econômico.

Ao que Peres (2009) confirma que a partir de 1850, indígenas aumentaram consideravelmente o contato com não indígenas e foram passando de um grupo que, era considerado isolado, a um grupo indígena de contato intermitente, devido ao aumento dos núcleos de colonização. Quando o governo imperial começou a incentivar a imigração europeia, buscando branquear e europeizar a população, a situação dos indígenas de Santa Catarina começa a ficar mais complicada. Um grande contingente de imigrantes, principalmente alemães e italianos, chegava à região, trazendo consigo o sonho de prosperidade e sem tomar conhecimento da presença de indígenas na região.

O conflito cultural, que se estendeu para o bélico, estabelecidos entre o “nativo” e o “estrangeiro” se acentuaram a partir de então.

Carlos Branco em sua dissertação (2021), aponta que a ocupação das florestas com araucárias e campos foi realizada por empresas de colonização que com o passar dos anos transformaram as florestas em monoculturas de pasto, grãos, eucalipto ou *pinus*. Os cursos de água foram aterrados e envenenados pela agricultura moderna, baseada no uso de agrotóxico e em outros químicos que envenenam rios e nascentes, prejudicando a vida de todos aqueles que dependem das águas para sustentar suas vidas: os Kaingang e os Guarani, milhares de árvores, animais e peixes lutam para viver em áreas cada vez menores. E este assunto será melhor abordado no próximo capítulo.

3. OS POVOS JÊ E A ARAUCÁRIA

Neste capítulo apresento alguns dos trabalhos que discutiram as relações que os povos Jê do Sul construíram com a árvore da araucária ao longo do tempo. Isto inclui os Proto-Jê e a sua marca deixada na paisagem da floresta através dos séculos e os atuais

Kaingang e Laklãnõ-Xokleng. A respeito dos Proto-Jê, foram abordados os estudos que apresentam a sua chegada e ocupação no planalto meridional, as primeiras definições sobre estes grupos, identificação de características dos sítios arqueológicos, cultura material e as ligações com os povos do presente. No que diz respeito aos Kaingang, foram apresentados trabalhos etno-históricos, relatos de práticas ligadas ao uso da araucária e o ritual do Kiki e Algumas menções feitas sobre as percepções e práticas que os Laklãnõ tem em relação à araucária e sua semente, o pinhão.

3.1 Proto-Jê do Sul

Iniciando este tópico, estabeleceu-se que os Jê meridionais teriam iniciado sua migração do Planalto Central em direção ao sul há aproximadamente 3000 anos atrás, mas até o momento se desconhece as motivações de tal migração (Urban, 1992 *apud* Novasco, 2013) e ao chegar no Planalto Meridional, estes desenvolveram modos de vida que estão diretamente associados às configurações e às transformações ambientais dessa região.

Se faz necessário pontuar que o prefixo “proto”, a princípio, será empregado no sentido de primeiro, tal qual no trabalho de Baptista da Silva (2001), em relação a populações e não a línguas. Assim sendo, Proto-Jê (meridionais, neste caso) é sobre grupos populacionais locais com tradição tecnológica e cultural comum, e não a protolínguas ou línguas.

Opto por também pontuar neste tópico algumas informações sobre dos dois dos povos Jê meridionais considerados extintos: Kimdá e Ingain. Segundo Jolkesky (2010) os Kimdá habitavam a região de matas tropicais ao longo das vertentes do Alto Paraná, entre a antiga redução jesuítica Córpus (Província de Misiones, Argentina) e o rio Monday (Departamento Alto Paraná, Paraguai). A região delimitava-se ao norte provavelmente com o território Ingain, a noroeste com o território Aché, a oeste, sul e sudeste com os territórios Mbyá e a leste com os Kaingang. O autor afirma que Felix de Azara foi um dos primeiros exploradores a contatar e descrever esta população durante uma expedição no século XVIII. Somavam na época cerca de seiscentas pessoas e habitavam em sua maioria Villa Azara e imediações, às margens do arroio Pyra Pyita. Bertoni, 1916 *apud* Jolkesky, 2010), durante sua estada na região em 1893, descobriu que o grupo se autodenominava Kimdá e rechaçava o termo ‘Guayaná’. Observou ainda que viviam próximo aos missionários ou mesclados com os Mbyá e que sua língua já estava ‘quase extinta’, pois falavam cotidianamente apenas uma variedade do Guaraní. Não existem mais como grupo étnico, tendo sido completamente integrados à população paraguaia local.

historicamente como Kaingang e Xokleng, constituem dois povos distintos linguística, biológica e culturalmente, mas nos termos do PRONAPA⁵ foram definidos como “Tradição Itararé”, “Tradição Casa de Pedra” e “Tradição Taquara”.

Sendo “tradição” uma classificação a partir das cerâmicas arqueológicas encontradas nos sítios escavados (Marque, 2015).

Ao apontar que pesquisas recentes têm buscado demonstrar que as tradições arqueológicas criadas no PRONAPA, Fiegenbaum (2021) afirma que estas não possuem capacidade explicativa para entender a variabilidade estilística e funcional da cultura material e a complexidade de relações culturais encontrada no sul. Assim como a desconstrução das tradições e fases arqueológicas, que podem estar representando tanto mudanças e inovações socioculturais, variações étnicas, quanto escolhas tecnológicas referentes às estratégias de assentamento, muitos autores têm procurado resolver a questão da diferenciação cultural entre os grupos Kaingang e Xokleng. Tais estudos mencionados relacionaram etnicidade à cultura material, produzindo uma percepção atemporal e estática, como se os grupos tivessem de apresentar características idênticas ao encontrado materialmente, afirmou D’Avila (2017). Essa perspectiva separou a cultura das pessoas que a produziram, descartando processos históricos dessas populações indígenas.

Retomando Fiegenbaum (2021), este complementa: “portanto, na tentativa de trabalhar com a possibilidade de vários grupos étnicos diferentes terem produzido a cultura material destas “tradições” sugere-se o uso do termo Proto-Jê Meridional, como proposta terminológica para os grupos pré-coloniais, ascendentes dos Jê Meridionais, de forma a não romper com o processo histórico contínuo que culminaram nas etnias contemporâneas”.

A arqueóloga Silvia Copé (2015) retoma e contextualiza que a pesquisa arqueológica no planalto inicia-se na década de 1960 com o PRONAPA e por meio dessas pesquisas, foram definidas várias fases e três tradições arqueológicas. Tendo sido caracterizadas por ocupações pré-coloniais produtoras de um tipo de cerâmica pequena composta de potes e tigelas e que estaria presente nos estados meridionais desde o século II d.C. até o período da colonização europeia, quando passaram a ser identificados com as sociedades etnicamente ligadas ao tronco Jê, como os Kaingang e Laklãnõ-Xokleng.

⁵ Programa Nacional de Pesquisas Arqueológicas (PRONAPA) foi a primeira iniciativa sistemática para investigação das ocupações humanas pré-coloniais em todo o território, coordenado por Betty Meggers e Clifford Evans, do Smithsonian Institution. Representou um esforço coordenado entre pesquisadores e professores de universidades e museus brasileiros por cinco anos, iniciando-se em 1965 e se estendendo até 1970, com a colaboração do Conselho Nacional de Pesquisas e Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (atual IPHAN).

Corteletti (2013) aborda o que no capítulo anterior já havia sido mencionado: a expansão das araucárias se deu coincidentemente no período de ocupação humana nas terras altas e que existem nove variedades da *Araucaria angustifolia* que apresentam, entre outras diferenças, o período de amadurecimento do pinhão. E que durante 11 meses, ou seja, 90% do período anual, esse ambiente produz alimento sendo que no mês que não existe a oferta do pinhão, há uma série de outras plantas comestíveis, caça e pesca, tornando o local sustentável às populações ali instaladas.

Copé (2006b) ao identificar uma das narrativas sobre as ações humanas associadas a estes grupos, pontua a forma como adaptaram-se ao meio ambiente do planalto, construindo casas subterrâneas e, em alguns casos, galerias que as ligavam entre si para fugir aos rigores das baixas temperaturas de inverno. Sendo o ambiente do planalto um cenário caracterizado pelos terrenos elevados, íngremes e frios com cobertura vegetal (também adaptada às baixas temperaturas), de campos e matas mistas com pinheiro-do-paraná (*Araucaria angustifolia*).

A área de extensão da mata de araucária e dos campos de cima da serra corresponde aproximadamente à área onde se localizam os sítios arqueológicos compostos de conjuntos deste tipo de estrutura. Estas eram escavadas no solo e constituem-se adequadas respostas ao meio, uma proteção às baixas temperaturas, aos ventos frios que as acompanham e as eventuais quedas de neve (La Salvia, 1983; Kern, 1985 apud Copé, 2006). Como já mencionado, na execução de escavações destes sítios foram encontradas cerâmicas da "Tradição Itataré-Taquara", o que permitiu a comprovação que essa tipologia pertencia ao grupo Jê meridional (Marque, 2015).

As casas subterrâneas, em sua maioria apresentam indícios de uso como habitação. A existência de fogões, fragmentos cerâmicos, artefatos líticos e refugos de lascamento permite inferir sobre a natureza das atividades desenvolvidas no seu interior. Os restos arqueológicos permitem afirmar que a preparação e consumo de alimentos e produção de artefatos foram praticadas intensamente no seu interior (Beber, 2004, apud Marque, 2015).

Schmitz (2014) relata que no século VI a ocupação dessas casas era temporária em virtude de que permaneciam nas áreas do planalto meridional enquanto existia abundância de alimentos. Vários grupos aproveitavam para se relacionarem socialmente nesses acampamentos. Ao final da estação de fartura, as famílias se dispersavam e as casas voltavam a ser reocupadas mais tardiamente.

Leonardo Azevedo (2014) e outros autores declaram que ocorrem nos topos de colinas e encostas, junto aos pinheirais ou dispersas pelos campos. Sua área de ocorrência se estende pelos estados do Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná, São Paulo e Minas Gerais, com registros na Argentina. Seu formato é circular ou elipsoidal, e o tamanho pode variar entre 2 e 20m de diâmetro e 1 e 6m de profundidade.

O número de estruturas por sítio, aponta o autor, também pode variar, com registros de ocorrências isoladas até aglomerações de mais de cem. No fundo das estruturas eram acesas fogueiras, ou uma única fogueira (em estruturas menores), que iluminavam e aqueciam todo aquele espaço. As fogueiras eram planas ou com base côncava, circunscritas por rochas brutas que espalhavam-se também por seu interior.

A seguir, uma estrutura semi-subterrânea (Figura 9) sendo escavada e uma ilustração de reconstituição:



Figura 9 - Estrutura semi-subterrânea, Bom Jesus/RS. Ilustração: Jorge Hermann (Copé, 2015)

Ayres (2021) frisa que essas habitações específicas, os arqueólogos Igor Chmyz (1981) Padre Rohr (1984), que se dedicaram aos estudos dos sítios do Paraná e Santa Catarina, destacam que é certa a relação entre as moradias dos povos ancestrais e dos Kaingang passados.

Retomando sobre a produção cerâmica Proto-Jê do Sul, Azevedo (2014) ao referenciar outros autores, descreve como utilitária, de pequeno porte, com forma cônica, ovóide ou em meia-calota, e com paredes simples ou infletidas. A técnica de manufatura variava entre a modelagem, o uso de moldes em cestaria e a sobreposição de roletes de argila. O tratamento de superfície era o alisamento, podendo exibir externamente brunidura, impressões de cestaria, ponteados, ungulados ou traços incisivos. Chmyz (1968a, 1968b, 1969 *apud* Azevedo, 2014) relacionou a cerâmica de tradição Itararé aos “Guaianá”, argumentando que sua distribuição geográfica era compatível com uma área deste grupo relatada por Curt Nimuendaju, e associou ainda a cerâmica de tradição Casa de Pedra aos Kaingang, apoiando-se no argumento de que a técnica ceramista destes era em muitos aspectos semelhante ao que se identificava no material arqueológico, e citando La Salvia et al. (1968) referiram-se diretamente à cerâmica do planalto como uma cerâmica “Caingang”.

Miller Jr. (1972 *apud* Baptista da Silva, 2001) notou semelhanças entre a cerâmica arqueológica distinta da Tupiguarani de São Paulo e a cerâmica dos Kaingang paulistas contemporâneos. Motivando-o a estudar a cerâmica indígena contemporânea e de aldeias abandonadas em período recente, material no qual identificou características das tradições cerâmicas planálticas Itararé e Casa de Pedra. Baptista da Silva (2001) também realizou um estudo estabelecendo paralelos entre grafismos do registro arqueológico e outros observados etnograficamente, defendeu a hipótese de que existe um processo histórico e cultural contínuo entre os Proto-Jê do Sul e os atuais Kaingang e Laklãnõ-Xokleng. O autor comparou grafismos arqueológicos Proto-Jê do Sul, de cerâmicas e petroglifos, com grafismos Jê do Sul atuais e de coleções etnográficas, reconhecendo a continuidade de certos padrões.

Outro tipo de estrutura associada descrito por Azevedo (2014) são os aterros anelares e montículos. Os aterros caracterizam-se como muros de terra simples (circulares) ou complexos (combinando formas circulares e quadrangulares). Ocorrem nas partes mais altas do terreno, no topo de colinas, individualmente ou em pequenos conjuntos. Seu diâmetro varia de 15 a 180m. Dentro dos aterros podem ocorrer montículos de terra, com diâmetro de 2 a 5m e altura média de 0,5 a 1 m. Nas primeiras pesquisas realizadas no planalto essas

estruturas foram interpretadas de duas formas: as estruturas de aterros anelares com montículo, e também os montículos sem aterros, eram associadas a áreas sepulcrais semelhantes às de grupos Jê do Sul, Kaingang e Laklãnõ-Xokleng; as estruturas de aterros anelares sem montículos eram interpretadas como terreiros de antigas aldeias fortificadas, circundadas por paliçadas.

Souza (2012) sugere que os pequenos aterros anelares cercando montículos seriam cemitérios de comunidades que habitam conjuntos de casas subterrâneas próximas, e que os sítios mortuários arquitetonicamente complexos poderiam ter sido destinados a indivíduos de alto status. Também sugeriu que os grandes aterros anelares sem função funerária poderiam ter servido como centros cerimoniais para comunidades simbólicas formadas por habitantes de muitos conjuntos de casas subterrâneas dispersos pelo território. Possivelmente a interação a longa distância nos centros cerimoniais teria levado à difusão de uma mesma forma arquitetônica para tais centros por todo o território Jê do Sul, resultando na ampla distribuição dos aterros anelares.

Azevedo (2014) citando outros autores, também apontou outro tipo de sepultamento, ocorrido em grutas de difícil acesso, em paredões rochosos próximo a rios e quedas da água. Cada gruta podia abrigar os corpos de dezenas de indivíduos, com rico acompanhamento funerário: cerâmica, material lítico, artefatos em conchas de espécies de água doce e marinhas, madeira, trançados de fibras vegetais e bambu, milho, pinhão, sementes e fragmentos de porongo, calabaças e ossos de mamíferos.

Pesquisas como as de Copé (2006), Bitencourt & Krauspenhar (2006), Iriarte & Behling (2007) vêm demonstrando que a ocupação das terras altas foi diretamente influenciada por questões ambientais regionais, tanto quanto influenciou na formação e transformação dessa paisagem. Embora, ainda persista em alguns meios a posição científica que defende uma natureza prístina, alheia a qualquer ação humana e oposta a tudo o que é cultural, segundo Azevedo (2014).

Corteletti (2018) ao retomar o estudo de Bitencourt & Krauspenhar (2006), argumenta que se compararmos a cronologia das casas subterrâneas do planalto com a expansão da mata de araucária durante o Holoceno, as maiores taxas de expansão poderão ser observadas como fortemente concentradas depois do início da ocupação Jê durante o Holoceno tardio.

Isto sugere que a expansão da araucária pode também ser resultado de estratégias de manejo levadas a cabo por essas pessoas.

Finalmente, Azevedo (2014) afirma que a paisagem, construída desde a formação de sua vegetação, foi organizada segundo conceitos cosmológicos, políticos e econômicos em que se identificaram elementos de continuidade entre grupos Proto-Jê do Sul e Jê do Sul. Segundo o autor, era uma sociedade hierarquizada, com práticas agrícolas desenvolvidas e ocupando um território bem estabelecido.

3.2 Kaingang

Neste tópico, serão apresentados alguns dos estudos a respeito da relação do povo Kaingang com a araucária, iniciando pelos dados históricos desde a época do contato até os dias atuais.

Francisco (2006) relembra que o planalto sulino foi povoado por populações ameríndias longamente. Os estudiosos acreditam que seu povoamento ocorreu através de levadas de grupos que a arqueologia define como caçadores-coletores. Pesquisas arqueológicas recentes indicam que há cerca de 2.000 anos atrás, o planalto meridional brasileiro, desde os planaltos do Paraná até as Bordas da Serra Geral, no planalto sulino, foi povoado por populações horticultoras que a linguística e etnologia relacionam a grupos ligados ao tronco linguístico Macro-Jê, a família Jê meridional.

O pesquisador Greg Urban (1992) afirma que, pelo método de reconstrução da linguística comparada, pode-se saber que as línguas Jê do Brasil têm uma origem histórica comum, e o ramo mais meridional da família, representado atualmente pelo Kaingang e pelo Laklãnõ-Xokleng, separou-se muito antes de ocorrer a diferenciação entre os outros membros da família.

Segundo dados disponibilizados no site Povos Indígenas no Brasil⁶, do Instituto Socioambiental, os Kaingang vivem em mais de trinta Terras Indígenas que representam uma pequena parcela de seus territórios tradicionais. Por estarem distribuídas em quatro estados, São Paulo, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul a situação das comunidades apresenta as mais variadas condições. Em todos os casos, contudo, sua estrutura social e princípios cosmológicos continuam vigorando, sempre atualizados pelas diferentes conjunturas pelas quais vêm passando.

⁶ Disponível em: <https://pib.socioambiental.org/pt/Povo:Kaingang>

De volta ao que Francisco (2006) expõe, as populações Jê são conhecidas – tanto na História quanto na Etnografia – através de muitas designações: Gualachos, Guaianá, Caágua, Ibiraiaras, Cabelludo, Botocudos, Bugres, Coroado, Camés, Pinarés e, finalmente, Kaingang e Xokleng. A maioria destes nomes eram geralmente alcunhas dadas a estes grupos por populações Guarani, e depois, utilizados por missionários e colonos. Também eram denominados simplesmente de tapuias ou selvagens, designações mais gerais.

De acordo com Almeida (2015), os primeiros registros de notícias de descobrimento e conquista dos campos e sertões ao sudoeste de São Paulo, em território dos “Coroados”, referentes ao século XVIII e XIX, representam o princípio de contato que marcou e transformou o modo de vida deste povo. São as primeiras narrativas que realizam comentários substanciais sobre os Kaingang. Foram referenciados em outros registros sobre os índios das capitanias meridionais em meio aos relatos das missões jesuíticas, porém, não com o etnônimo Coroados. A primeira descrição que realiza comentários sobre os Coroados dos sertões do oeste meridional foi a Notícia da conquista, e descobrimento dos sertões do Tibagi, na capitania de São Paulo.

Dessas expedições de contato e confronto surgiram imagens pintadas representando cenas do contato entre os expedicionários luso-brasileiros aos campos e sertões de Guarapuava com os Kaingang, muitas vezes associados nas estampas, ao pinhão, alimento fundamental das populações ameríndias dos campos gerais meridionais (Figura 10). As cercanias destes campos paulatinamente se transformaram em fazendas de criação de gado dando abertura ao que denominaram de “expansão da frente pastoril para os campos de Palmas habitados por outros Kaingang e por aqueles que tinham abandonado os campos de Guarapuava.” (Mota, 1994 *apud* Almeida, 2015).



Figura 10 - Primeiros contatos entre uma expedição de conquista dos campos de Guarapuava. “hum indio com 5 filhos tirando pinhão do Lago[...]” (Amoroso, 2003 *apud* Almeida, 2015)

Almeida (2015) continua: “de fato, foram as etnografias que objetivaram descrever e apresentar os Coroados ou os Kaingang, com menor ou maior profundidade, abordando além de descrições e aspectos gerais da situação de contato, ainda a organização social, usos e costumes, mitologia, cosmologia e vocábulos linguísticos”. A autora afirma ainda que pode-se qualificar em quatro as formas de abordagem sobre os Kaingang em relação à produção escrita dos séculos XVIII, XIX e XX. Àquelas oriundas do contato e conquista (notícia), da missionação, da exploração e da etnografia. Neste contexto, acrescenta-se a ao conjunto de produção derivado da etnografia, com contornos mais rebuscados e analíticos, os estudos em etnologia. Assim, a produção elaborada por agentes militares, missionários, viajantes, exploradores, administradores, intelectuais, políticos e por reconhecidos etnólogos do século XX, tais como Nimuendajú, Baldus, Métraux e Schaden, constituem fontes documentais singulares para as pesquisas em história indígena e etno-história acerca dos Kaingang.

Entre os clássicos autores, Baldus (1937) escreveu afirmando ser o oeste do planalto dos Estados de São Paulo, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul o “habitat” desta “tribu”. E, devido ao modo de cortar o cabelo, foi chamada pelos brancos de “Coroados”. Apontou a divisão em duas metades exógamas e patrilineares, das quais cada uma está, por

sua vez, dividida em dois grupos, de caracterização social diferente, as designações. Crépeau (1997) complementa que existe entre elas uma relação assimétrica e complementar, a metade *kamé* sendo considerada primeira porque possui “mais força” que a metade *kairu*. Cada metade comporta uma subdivisão ou seção: os *veineky* e os *votôro*, associados respectivamente aos kamé e aos kairu. Uma criança pertence automaticamente à metade de seu pai e deve em princípio casar-se na outra metade. Schaden (1959) reconheceu na vida religiosa dos Kaingang, o culto aos mortos a sua principal manifestação e este será melhor descrito adiante.

Das autorias mais antigas, o engenheiro Mabilde (1983) que viveu próximo aos Kaingang no século XIX, dedica vários tópicos de suas observações a respeito do tema principal deste TCC. Ele aponta ser o pinhão o alimento preferido deste povo. Relata que quando chegam os meses de maio, junho e julho, as pinhas estão bem maduras e antes que deulhem por si, eles sobem nos pinheiros e, com uma taquara, desprendem as pinhas derrubando-as no chão. As mulheres juntam em cestos que carregam às costas para um lugar ‘areento’ e úmido, onde são enterradas e conservadas para comer nos meses em que faltam nas árvores.

O mesmo autor dedicou-se a descrever a divisão dos pinheirais entre as “tribos”:

Todos os frutos que acabamos de mencionar podem ser apanhados, indistintamente, em qualquer lugar do mato, por qualquer indivíduo das tribos. O mesmo caso, porém, não se dá com o pinhão, única fruta privilegiada e de que muito gostam. Os pinheirais em que os selvagens têm seu alojamento são repartidos e divididos em territórios correspondentes, em tamanho, ao número de indivíduos que compõem as tribos. Cada tribo subordinada com o seu chefe (cacique subordinado) tem o seu alojamento particular (todos juntos formam o alojamento geral), em território que lhe é indicado pelo cacique principal. Este pequeno alojamento sempre se acha situado sobre um caminhozinho que segue de uma à outra tribo, geralmente passando pelo centro do pinheiral, em direção longitudinal à serra sobre a qual se acha o mesmo situado. O limite entre um e outro território é assinalado na casca de um pinheiro que serve de marco de divisa. A casca é cortada com um machado de pedra, para fazer a marca de cada tribo, na posição vertical e ao correr da árvore. Essas marcas são de várias formas e feitios (Mabilde, 1983, p. 126).

Sobre as marcações (Figura 11), afirma que são cortadas na casca do pinheiro e numa altura de oito a dez palmos acima do chão. Têm, em geral, todas as marcas mais de dois palmos de comprimento. Muitos chefes das tribos subordinada têm aquelas mesmas marcas, em tamanho correspondente e proporcional, pintadas nas hastes de taquara de suas flechas, com uma tinta encarnada. Sendo o território do pinheiral compreendido entre duas marcas, pertence, exclusivamente, aos que habitam, por ordem do cacique principal e nesse território é que todos os indivíduos apanham o pinhão para seu sustento. A invasão deste limite,

segundo o autor, é motivo para uma guerra de extermínio, para a qual são convocadas todas as demais tribos (Mabilde, 1983).

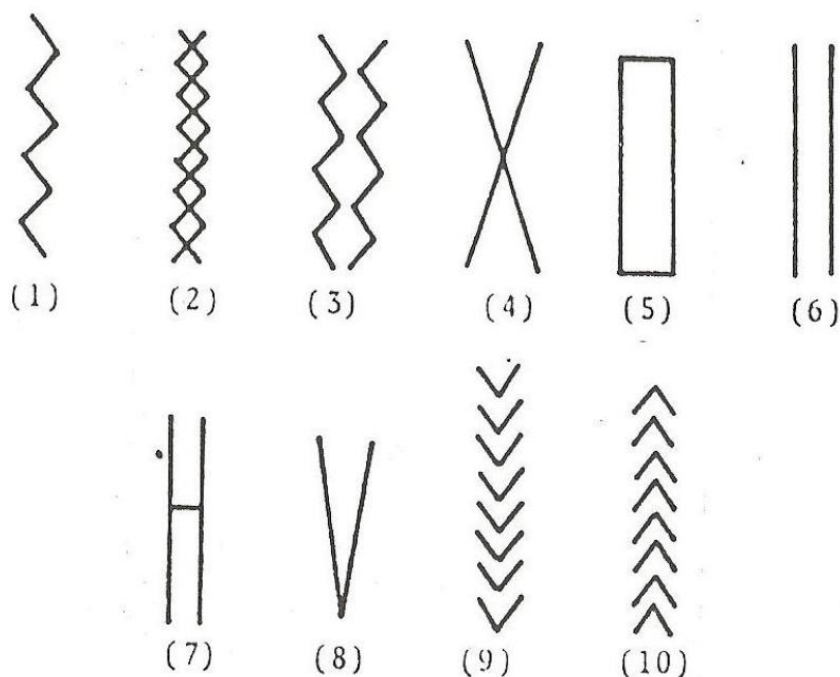


Figura 11 – Marcas nas árvores catalogadas por Pierre Mabilde (1983)

Segundo a autora Tommasino (1995), foi Curt Nimuendajú quem deixou as melhores informações propriamente etnológicas sobre a sociedade e a cultura Kaingang, tendo conhecido e estudado os que vivem no estado de São Paulo, entre 1910 e 1912. Seus trabalhos fornecem dados sobre as metades Kañerú e Kamé, a classificação de todos os elementos da natureza nessas duas categorias, suas crenças, mitos e religião. Descreveu a festa do *kiki koj*⁷ e as funções rituais de algumas categorias de indivíduos. O autor ainda informa sobre a poliginia dos guerreiros e as guerras entre as hordas devidas ao rapto de mulheres.

A respeito da divisão em metades exogâmicas, é descrita por Biazi (2023) como possuidora de uma relação com os termos que aparecem nas narrativas orais do dia e da noite. Desta forma, os elementos que pertencem ao dia são considerados Kaingang *Kamē*, já os elementos que pertencem à noite são os *Kanhru*. Quando a oralidade é descrita sobre a história de origem, o grupo dos Kaingang *Kamē* se origina durante o dia, especificamente pela manhã, o grupo dos Kaingang da marca *Kanhru* se origina pelo entardecer, quando o sol se põe e dá lugar para a lua brilhar no céu. O dualismo kaingang se exprime ainda em muitos outros aspectos da vida, particularmente nas nomenclaturas animais, sendo muitas espécies

⁷ *Kiki Koj* é um ritual de homenagem aos mortos, a palavra pode ser traduzida para a língua portuguesa como “bebida” ou “beber a bebida”. (Biazi, 2023).

consideradas pertencentes a uma ou a outra metade (Nimuendajú, 1993 *apud* Crépeau, 1997).

Em dados atuais sobre a utilização da araucária, Ayres (2021), aborda especificamente a semente dela, o pinhão e pontua que além de seu papel importante na alimentação do povo Kaingang nos estados do Sul principalmente, o pinhão é também fonte de renda para eles. Lappe e Laroque (2015), por meio de entrevistas com os anciões de territórios do Rio Grande do Sul, evidenciaram a troca de pinhões entre aldeias como uma prática constante, remetendo aos intercâmbios de pessoas junto com as sementes. A araucária também exerce um papel como elemento cultural importante desse grupo, associando seu uso à festa do kiki, ritual tradicional de celebração dos mortos. Ayres (2021) ainda comenta sobre os já mencionados estudos de cunho arqueológico que argumentam sobre a concomitante expansão das florestas de araucária no sul do Brasil, com a expansão de grupos Proto-Jê, durante uma mudança climática ocorrida na região. Esses trabalhos indicaram que realmente existe uma expansão antropogênica da floresta, sendo esses grupos os dispersores de sementes para maiores distâncias.

Emiliano (2015), autor Kaingang, apresenta a relação que seu povo tem com a araucária: “desses pinheirais os índios se alimentam dos frutos, pinhão, os quais são colhidos nos meses de março à junho. São consumidos de várias formas: cozidos na água e sapecados nas próprias grimpas, do pinheiro eram também uma das principais fontes de alimentação das quais sobreviviam”. Afirma que *Fág Fy* é o termo, na língua kaingang, para pinhão (semente do pinheiro). Sendo os pinheirais e os pinhões confundidos com a história do povo Kaingang, e que, em suas palavras “construiu a sua cultura à sombra deles, alimentando-se dos seus saborosos e abundantes frutos (e, não menos importantes, também dos animais de caça que acorriam para alimentar-se, e engordavam de pinhões)”. Também denuncia que o SPI, nas décadas de 1950 e 1960, e a FUNAI, nas décadas de 1960 a 1980, não titubearam em saquear vorazmente os pinheirais ainda existentes em terras Kaingang (como Nonoai, Guarita, Cacique Doble, Votouro, Ligeiro, Xapecó, Mangueirinha, Guarapuava, Apucarantina, etc) que segundo ele, até hoje ninguém foi responsabilizado pelos crimes ambientais cometidos nas terras dos Kaingang.

Conforme a também autora indígena Kaingang Adriana Biazi sinaliza em sua tese (2023), os povos indígenas, nos tempos atuais, possuem sua localização espacial de acordo com as Terras Indígenas situadas no mapa do Brasil. Em suas palavras: “Sabemos que nós do povo Kaingang, andávamos pelo território brasileiro sem ter nossas terras demarcadas, ou seja, não havia problema ficarmos por um determinado tempo, abrigados com nossas famílias

em terras que não eram nossas por lei ou decreto” (p.37). O território não possuía restrições para se acomodar, por uma ou mais estações do ano, as famílias Kaingang saíam em busca de alimento e de novas sementes para plantarem para o consumo próprio, percorrendo um espaço amplo do território em busca de alimentos. Ficavam por alguns meses acampados em determinados lugares, construindo suas casas e roças, e hoje, isso não é mais permitido de se realizar sem que pisem em terras indígenas demarcadas ou homologadas. Nestes deslocamentos, a autora afirma que também mantinham a interação com outros povos indígenas, compartilhando saberes ancestrais e aprendendo novas práticas como a caça, a pesca, a agricultura e a habitação.

Sobre o Ritual do Kiki, não será descrito por completo neste trabalho, mas ressaltados alguns pontos a seguir, sobretudo os que mostram a relação com a árvore *Araucaria angustifolia* no processo.

Crépeau (1997) descreve o “Kiki-koia” como um importante ritual conhecido também pela expressão “festa dos mortos” na literatura antropológica, apresenta as metades e as seções. Segundo ele: “O kiki se constitui para os Kaingang de Xapecó em seu mais importante ritual. Lugar privilegiado da encenação da complementaridade e da assimetria que preside as relações entre as metades, cada metade é encarregada do tratamento dos mortos da outra, a fim de lhes liberar e permitir deixar o cemitério onde eles estavam confinados desde a sua morte”.

Retomando Biazi (2023), ela caracteriza o ritual do *Kiki Koj* visto pelo povo Kaingang como sendo uma festa de encontro de parentes, festa dos espíritos, dos mortos, um ritual que envolve muitos elementos que possuem significados próprios. E este é realizado para que o mundo cosmológico possa se manter em equilíbrio. A cosmologia e o xamanismo Kaingang estão presentes no rito, e muitos outros elementos principais.

Conforme o kaingang Getúlio Narsizo (2020): “Para que possamos ter uma noção da cosmologia para o povo *Kaingang* é preciso compreender o mundo desse povo, pois desde sua origem possuem uma ligação muito forte com o mundo dos espíritos e da natureza”.

Na entrevista que Adriana Biazi fez com Juracilda Veiga e Wilmar D’Angelis, ambos autores afirmaram que foi a partir da chegada de Egon Schaden que foi feita a retomada do ritual que havia sido feito em 1955 e depois ficou um tempo sem acontecer. O motivo, segundo eles, foi por causa da grande invasão que houve na Terra Indígena Xapecó, pelos madeireiros, a constante retirada dos pinheiros, os *Fág*.

Ainda na descrição do *Kiki Koj*, Biazi fala sobre os objetos que são fabricados para o ritual, feitos em homenagem aos mortos das duas marcas exogâmicas, como, por exemplo, o cocho, “*Kōkéj*”, onde a bebida é fermentada para ser ingerida somente no último dia do ritual. Este é feito com o tronco de uma árvore de araucária. A autora também destaca a importância e presença do protagonismo das mulheres Kaingang, onde sua força e poder, seja de cura e espiritualidade feminina, são vistas como parte de um todo importante, além de toda sua bagagem de conhecimentos da cultura, tradição, cosmologia e xamanismo. Sendo sua presença fundamental para que possam ser feitos os rituais de permissão ao guardião da mata, para retirar o pinheiro. Além de cantar, rezar e dançar ao redor do pinheiro, antes de derrubá-lo e continua:

“A mulher especialista *Kujá* é essencial na hora de preparar o corpo do pinheiro, o seu tronco. Antes de cortar e derrubá-lo, o movimento do corpo e da espiritualidade com a presença de seus guias espirituais *Jagrē*, auxiliam a *Kujá* a todo o momento para saber o tempo em que deve agir, em harmonia com as danças e rezas dos demais que ali estão. Prepara o tronco do pinheiro como se estivesse lavando o corpo humano com ervas medicinais, preparando o espírito da árvore para que possa deixar aquele tronco e viver no mundo dos *Vēnhkuprīg*, dos seres da mata” (Biazi, 2023, p. 301).

Após este ato de “lavar o corpo”, o tronco do pinheiro, é necessário pintar com a marca exogâmica *Kamē* antes de derrubá-lo. É quando o tronco está pronto para ser transformado em cocho, e o espírito da árvore já está com o guardião da mata e no mundo dos seres. Ressalta a também importante presença dos especialistas em cura, principalmente do *Kujá*, pois é ele quem saberá qual pinheiro poderá ser derrubado, de acordo com a conversa com o guardião da mata, *Tãn*. Para pedir a permissão para retirar uma árvore fazendo um ritual, seu espírito é enviado para o mundo dos *Vēnhkuprīg*, além de fazer um acordo com o guardião da mata, de plantar uma ou mais mudas de pinheiro ou árvore nativa próximo do local onde foi retirado o pinheiro, conciliando o equilíbrio entre o mundo cosmológico, entre homem e natureza.

Para Carlos Branco (2021), é necessário para compreender a relação kaingang com as araucárias, a leitura etnológica que tem procurado compreender as relações kaingang a partir das lógicas próprias desse coletivo. A etnologia que pesquisa os coletivos kaingang, tem centrado seus estudos a partir da perspectiva cosmo-ontológica, ultrapassando o essencialismo, tanto histórico como ambiental das relações kaingang, permitindo a compreensão espaço-temporal a partir de lógicas e relações extraocidentais.

Branco ainda cita a respeito do mundo ocidental estabelecer o antagonismo Natureza X Cultura, que separa e coloca em polos opostos o ser humano e os outros coletivos que chamamos de ambiente. Sendo essa cosmovisão produtora de monoculturas socioambientais (Descola, 1996; Latour, 1994; Viveiros de Castro, 2015a; Tsing, 2019 *apud* Branco, 2021),

diferentemente, a relação kaingang *fåg* (araucária)/humanos/*nen* (floresta) é milenar e produz inúmeras territorializações importantes para o modo de vida kaingang.

Segundo o autor, o dualismo kaingang é marcado pela “relação de oposição e complementariedade” (Baptista da Silva, 2002 *apud* Branco, 2021), entre os irmãos *kamé* e *kainru-kré*. Descreve essa relação se estende das pinturas corporais até em características singulares de cada ser. A seguir o quadro (Figura 12) elaborado por Baptista da Silva (2002):

<i>Kainru</i>	<i>Kamé</i>
Gêmeo ancestral denominado <i>Kainru</i> ; conforme o mito, saiu primeiro do chão; lua, um ex-sol; noite; corpo fino, peludo, pés pequenos; frágil, menos forte; feminino; ligeiro em movimentos e resoluções; menos persistentes; leste ³ ; baixo (parte de baixo); pintura corporal redonda, “fechada”; orvalho, umidade; mudança; agilidade; lugares altos ⁴ ; seres/objetos redondos/fechados; seres/objetos malhados/manchados, leves ou delgados; sete sangria (<i>Simplocus parviflora</i>) ⁵ .	Gêmeo ancestral chamado <i>Kamé</i> ; conforme o mito, saiu depois do chão; sol, símbolo de força e poder; dia; corpo grosso, pés grandes; mais fortes; masculino; vagaroso em movimentos e resoluções, persistentes; temperamento feroz; oeste ³ ; alto (parte de cima); pintura corporal em faixas, linhas, “aberta”; dureza; permanência; lugares baixos ⁴ ; seres/objetos compridos/riscados; seres/objetos mais pesados ou grossos; pinheiro (<i>Araucaria angustifolia</i>) ⁵ .

Figura 12 – Quadro de expressões do dualismo Kaingang (Baptista da Silva, 2002)

Um conceito kaingang que este autor apresenta sobre a relação simétrica entre *kamé* e *kainru-kré*, é o *iambré*. O *iambré* é a relação entre os opostos e é caracterizado pela relação entre cunhados. De “lados opostos, distintos, com características precisas, bipolares para o conjunto dos membros de cada metade, os *iambré* Kamé e Kainru-kré desempenham papéis ideais de amizade, ajuda mútua, cooperação” (Baptista ds Silva, 2002). O *iambré* é importante porque, também define as relações não humanas. Os animais e os vegetais também são ancestrais dos irmãos mitológicos e se relacionam entre si e com os humanos pela oposição e pela complementariedade *kamé* e *kainrukré*.

A floresta kaingang é o território onde o conhecimento do mundo é transmitido para os humanos por seus *iangrë*. *Fåg*, *kamé* impõe ao mundo possibilidades e impossibilidades próprias dela e, essa condição singularde *fåg* é importante para o entendimento das relações

ambientais kaingang (Baptista da Silva, 2002).

Branco (2021) retoma o quão importante nunca esquecer que os territórios kaingang eram constituídos por extensas áreas de floresta. A sociabilidade e as atividades do cotidiano aconteciam, na maioria das vezes, na floresta. Uma grande parte dos alimentos consumidos e produzidos eram dela ou de seu entorno. A caça, a coleta de frutos e a pesca são atividades essenciais para os kaingang e acontecem na relação com a mata.

Sobre as plantas e os seus usos entre os Kaingang, Moacir Haverroth (1996) busca evidenciar as categorizações kamé e kainru-kré para além dos humanos. De acordo com ele, as plantas seguem as mesmas marcas que os humanos. Em alguns casos, os Kaingang utilizam a cor da planta para definir a marca e, em outros casos, a característica física da planta. Porém, em todos os casos, as nomeações estão relacionadas, em algum aspecto, com kamé ou com kainru-kré, e os conhecimentos dos antigos são importantes na hora da identificação das plantas (Haverroth, 1996 *apud* Branco, 2021). No entendimento deste autor, a araucária é peça-chave para o entendimento da marcação das plantas e das relações com as marcas ancestrais. Retomando o ritual do kiki, Haverroth (1996) aponta que a araucária é associada a marca kamé e a planta sete-sangrias com a marca kainru-kré. No ritual, o tronco da araucária é feito um cocho, onde é despejada a bebida kiki. Com o carvão da árvore, pintam os kamé durante o ritual e os ramos da árvore são colocados nas sepulturas dos kamé. Como kamé, a araucária conecta os vivos e os mortos, enquanto aos kainru-kré, as relações são intermediadas pela planta sete-sangrias.

Carlos Branco aprofunda em sua dissertação (2021) a relação da araucária com os Kaingang, expondo que a araucária é entendida por eles como pessoa. Ela possui, como os humanos e demais existentes, o *tom*, ou seja, um espírito que habita todas as pessoas kaingang, com características singulares para cada corpo. *Fåg* compõe uma constelação de experiências kaingang e compartilha com outros seres o direito à existência no cosmo. Ela compartilha com humanos e não humanos inúmeros territórios, como a *ga*, a terra; o *emã*, a aldeia principal; o *nen*, a floresta; o *erê*, o campo; o *numbê*, a aldeia dos mortos e o *fåg-kavá*, o mundo celestial. E ao entendê-la como pessoa, movimentam-se os conceitos kaingang, permitindo-nos sair do essencialismo ambiental do ocidente, caracterizado pelo excepcionalismo humano, visto como o único sujeito de cultura, em oposição à natureza.

Branco (2021) utiliza o conceito de multiespécies de Anna Tsing (2019) para possibilitar o entendimento do cosmo kaingang como permeado por redes de relações entre os diferentes seres existentes, um espaço intensamente relacional de trocas onde os entes que

têm o direito à existência plena, mantendo-se um equilíbrio cósmico. Conforme a autora, sobre as “paisagens multiespécies”, o mesmo afirma que pode-se alocar as florestas, nesse contexto, como “fabricadas” a partir das perturbações, intencionais ou não, de todas as espécies que fazem parte dela. Assim, “elas comporiam os ritmos polifônicos das paisagens, isto é, a atuação de múltiplas histórias” (Tsing, 2019). Além do corpo da araucária ser composto por várias espécies, ele, em si, habita e interage em territórios multiespécies, já que as florestas kaingang (*nen*) são vistos como territórios de biodiversidades, onde vivem muitas plantas, animais e uma série de outro seres, invisíveis aos olhos dos humanos comuns, sendo vistos por exemplo, pelos *kujà* (Rosa, 2005b *apud* Branco, 2021).

Por fim, o o mesmo autor neste mesmo trabalho afirma que a floresta é uma territorialidade multiespécie por excelência, pois, com as araucárias, vivem inúmeros animais, plantas, mortos, espíritos e humanos. Tal simbiose entre os humanos e as araucárias foi tão bem-sucedida que os limites das fronteiras dos territórios das araucárias são semelhantes às fronteiras kaingang, fazendo da floresta com araucária uma importante territorialidade kaingang. A floresta sendo o resultado de gerações de pessoas kaingang relacionando-se entre si, tanto com interesses singulares como coletivos, que permitem que ela ainda possa existir.

3.3 Laklãnõ-Xokleng

Este último tópico a ser abordado neste capítulo é sobre alguns aspectos da história e da cultura deste povo que, assim como os ancestrais Proto-Jê e também os Kaingang, compartilham relações com a *Araucaria angustifolia*.

Os Xokleng se autodenominam Laklãnõ. Vivem na Terra Indígena Ibirama, localizada no Vale do Itajaí em SC. Ocupavam tradicionalmente uma área delimitada entre a região dos campos de Curitiba e Guarapuava no Paraná ao norte, a região de Torres e Porto Alegre no Rio Grande do Sul) ao sul, o planalto da Serra Geral a oeste e o Oceano Atlântico a leste (Gakran, 2005 *apud* Jolkesky, 2010).

O linguista Greg Urban (1992) afirmou que as línguas Jê do Brasil têm uma origem histórica comum, mas também acrescenta que o ramo mais meridional da família, representado atualmente pelo Kaingang e pelo Xokleng, separou-se muito antes de outros membros da família. E a primeira separação teria iniciado a partir de sua migração em direção ao sul há uns 3 mil anos, mas não se tem ideia de quando teriam chegado à região que atualmente ocupam. Tampouco se sabe por que migraram, embora um estudo do relevo

geográfico mostre que se dirigiram a uma região de planalto semelhante ao seu habitat originário. Entre os Jê meridionais, também são citados como povos os Ingain e Kimdá⁸, tidos como extintos.

O também linguista Nikulin (2020) descreve que a língua Laklãnõ (também conhecido como Xokleng) é falada pelo povo homônimo, que vive no atual estado de Santa Catarina e cuja população tem aproximadamente 2 mil indivíduos (Gakran, 2015 apud Nikulin, 2020).

A seguir, o mapa (Figura 13) do território histórico dos Laklãnõ-Xokleng:

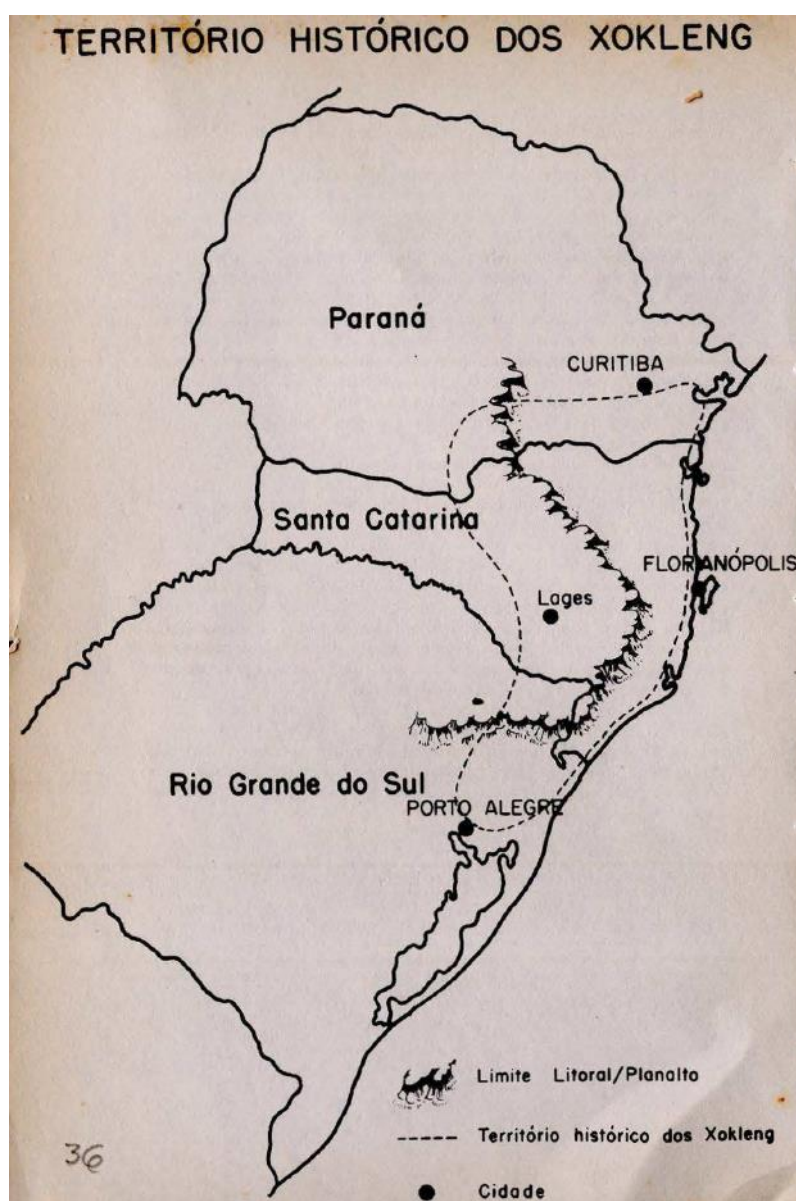


Figura 13 – Território histórico dos Laklãnõ-Xokleng (Santos, 1973)

^{8 8} Para outras informações a respeito destes dois grupos, rever o tópico 3.1 Proto-Jê do Sul, na p. 36.

Conforme Peres (2009), os Laklãnõ-Xokleng perambulavam por um território amplo e diversificado, que abrange boa parte dos biomas da Mata Atlântica: entre o litoral e os contrafortes do planalto sul-brasileiro até áreas do Planalto caracterizadas pela presença de Araucárias. A área está mais ou menos limitada entre o Rio Iguaçu, no Paraná, ao Norte, e a Mata Atlântica nas proximidades de Torres, no Rio Grande do Sul, ao Sul. A Leste, a região limita-se pela vegetação costeira e a Oeste pelos campos, próximos de Lages (área que geograficamente limita o território Laklãnõ e Kaingang). O território tem como característica a diversidade ambiental, influenciando na grande quantidade de fauna e flora, além de possuir bacias hidrográficas de pequeno porte (Gakran, 2005 *apud* Peres, 2009).

A circulação era uma característica dos Laklãnõ. Caminhavam pelo território de maneira estacional, ou seja, dependendo da estação do ano, em busca de melhores frutos e caças. Ao citar o antropólogo Sílvio Coelho dos Santos, Peres (2009) informa que à época da colonização, no século XIX, havia pelo menos três grupos Laklãnõ-Xokleng. Desses, um vivia no centro do território catarinense, ocupando o médio e o alto Vale do Itajaí. Outro ocupava as cabeceiras do Rio Negro, na atual fronteira de Santa Catarina e Paraná e o terceiro dominava o sul, com base nos vales do Capivari e Tubarão.

Ainda no mesmo trabalho (2009), o autor apontou que a caça era atividade essencialmente masculina, ficando a coleta ao encargo das mulheres do grupo. Os agrupamentos eram constituídos de poucos indivíduos. A divisão do trabalho garantia o sustento, entretanto, durante a coleta do pinhão, tanto homens quanto mulheres faziam a coleta, já que o pinhão era o alimento principal dos Laklãnõ-Xokleng, sendo em muitos casos armazenado em cestas enceradas. Quando a região fornecia alimentação suficiente, construíam um acampamento. Durante a coleta do pinhão os acampamentos se mantinham por mais tempo, “podendo permanecer instalados em um mesmo local por até três meses.

Três são os principais eventos na vida de um indivíduo Laklãnõ: o nascimento, a perfuração dos lábios e a morte. O ritual do nascimento conferia à criança uma inserção no grupo, continua “simbolizava o momento em que o povo conferia à criança sua socialização no grupo, ou seja, através desse rito de incorporação, o pai assumia a paternidade, e se reconhecia ao recém-nascido um lugar na sociedade indígena, como homem ou mulher” (Peres, 2009).

Nesse ritual, o tio por parte de mãe é a figura mais importante. Já no ritual da perfuração dos lábios para a colocação dos botoques eram as mulheres mais velhas ocupavam

esse papel. O ritual da perfuração dos lábios dos meninos e tatuagem nas meninas era o mais importante dentro da tradição Xokleng, isso porque era o ritual responsável pela reunião de maior parte do grupo. Por esse motivo uma grande área era limpa, sendo construídos em sua periferia pequenos abrigos, no centro é acesa uma fogueira em torno da qual os homens iniciam uma dança (Lavina, 1994 *apud* Peres, 2009).

Lavina (1994) descreve que os Laklãnõ-Xokleng adornavam seus corpos e ingeriam uma bebida especialmente preparada para o ritual, o “*Móng-ma*”, análogo à bebida produzida pelos Kaingáng, o *Kiki*, porém, a simbologia relacionada com a bebida, bem como o ritual a qual ela pertence, difere-se bastante. Essa bebida era consumida também pelas crianças até a insensibilidade. O autor coloca que para aumentar o efeito da bebida, estas são sacudidas e arremessadas de uma pessoa a outra. Neste estágio de quase coma que os lábios eram perfurados, sendo introduzido no orifício um pequeno labrete de madeira. As meninas não tinham o lábio perfurado, mas sofriam duas incisões na perna esquerda, abaixo da rótula.

Relativo ao contato, Peres (2009) aponta que muitos episódios ocorreram entre colonos e Laklãnõ-Xokleng antes da chamada e controversa “pacificação”. Reações dos indígenas à invasão de seu território eram recorrentes e as retaliações cada vez mais violentas. Foram criados grupos de homens que protegiam os colonos fazendo uso de violência. Houve uma tentativa em meados de 1840 de catequizá-los, mas não obteve resultados favoráveis.

Sobre a Lei de Terras e o Vale do Itajaí, uma colonização de/em um território indígena milenar, esta questão, Dagnoni (2018) relata em sua tese que em 1845, teve início a colonização particular no Vale do Itajaí com a fundação da colônia belga em Ilhota. No entanto, a colonização estrangeira passou a receber atenção primordial no Brasil quando “a partir da lei nº 601 de 18 de setembro de 1850, conhecida como ‘Lei de Terras’, se estimulou a aquisição de terras por estrangeiros e o ingresso no país de imigrantes europeus” (Piazza, 1983 *apud* Dagnoni, 2018). Essa lei tratava sobre as terras devolutas no Império, determinando sua medição, demarcação e utilização em colonização. Para os Laklãnõ, a observação dos invasores ao território e as práticas empreendidas por estes causavam temor e apreensão, uma vez que os imigrantes eram pessoas estranhas ao seu habitat.

Segundo Santos (1973), em Blumenau, sob os auspícios do Governo Provincial, se organizou um grupo, os “Batedores de Mato”, destinado a tomar as medidas necessárias a “pacificar” os chamados “silvícolas” (termos racistas) ou, pelo menos, mantê-los afastados dos locais onde os colonos estavam. Para legitimar a atuação deste grupo, criou-se um

sistema de representação dos indígenas e uma forma de narrar os assaltos de modo que parecesse o mais violento possível. Fazendo com que a população se sentisse cada vez mais ameaçada. Vadios, assassinos, ladrões são exemplos dos estereótipos utilizados nos discursos oficiais. E o discurso reforçava a importância do imigrante enquanto agricultor para o progresso do Brasil e insistia na inutilidade dos “índios” para o desenvolvimento da região que estava sendo colonizada (Wittmann, 2007).

A principal figura entre os Batedores de Matos, também chamados “bugreiros”, foi Martinho Marcelino de Jesus⁹, conhecido por “Martinho Bugreiro”, o responsável por grande parte do extermínio de grande parte da população indígena.

Em 1910 foi criado o Serviço de Proteção ao Índio (SPI). Dentre as dificuldades encontradas, o não conhecimento da cultura Laklãñõ por parte dos integrantes do órgão, já que até aquele momento os contatos foram seguidos de enfrentamentos, impossibilitando qualquer aproximação pacífica. Nada se sabia sobre como viviam ou sobre sua linguagem. As mulheres e crianças que eram capturadas pelos bugreiros poucas informações compartilhavam. O SPI até 1914 não havia apresentado resultados positivos no que diz respeito ao contato pacífico. Dagnoni (2018) acrescenta que os Postos de Atração foram instalados nas margens dos rios Plate e Krauel, afluentes do Itajaí do Norte, no Vale do Itajaí, ranchos rústicos instalados no meio de clareira e tendo ao centro uma torre de vigia. Em torno havia ainda plantações que poderiam incentivar a aproximação dos indígenas.

A autora aponta (2018) que para facilitar os trabalhos no Posto, o SPI havia colocado algumas famílias Kaingang, originárias do Paraná e alguns caboclos. Ambos trabalhavam na manutenção do Posto, abertura de picadas e na plantação. E os Kaingang desempenharam o papel de intérpretes devido a semelhança entre as duas línguas. Foi com Eduardo Hoerhann que aconteceu a “pacificação” em 1914. A consequência do contato e do posterior aldeamento foi a alteração da organização social dos Laklãñõ-Xokleng. Entre as consequências, as doenças se proliferaram e muitas mortes foram ocorrendo. Além dos conflitos que foram acontecendo ao longo das décadas seguintes, principalmente com a construção da Barragem Norte.

Dagnoni (2018) destaca que na década de 1970, o Governo Militar, buscando solucionar o problema das enchentes na região dos Vales do Itajaí, encaminha a construção de

⁹ Silvio Coelho dos Santos realizou entrevista com Martinho Bugreiro, disponível no livro “Os índios Xokleng: memória visual. Florianópolis: Ed. da UFSC, 1997, pp. 27-28.

três grandes barragens. Incorre com isto na criação de outros problemas regionais, entre eles o que atinge forma mais pontual e visceral, tendo consequências até o momento atual: a Terra Indígena Ibirama e a população Laklãnõ nela aldeada na década de vinte invadida e retirada do seu território originário em detrimento do processo colonizador. A Barragem Norte, no município de Ibirama tendo como Distrito José Boiteux, é iniciada em 1972 e é inaugurada sem estar concluída em 1992. A década de 1980 foi marcada pelas históricas enchentes de 1983 e 1984, duas das maiores cheias registradas no Alto Vale e Vale do Itajaí. Um dos agravantes apontados seria o desmatamento.

A autora continua (2018): “as atenções se voltavam para as cidades mais atingidas e a vontade da população era reconstruir suas cidades e casas. Pouca atenção se dirigia à população que também sofria enormes prejuízos no “outro” lado da Barragem Norte, a comunidade indígena Laklãnõ-Xokleng”. O lago de contenção de cheias da barragem atingiu a Terra Indígena Ibirama e várias casas, plantações, animais, comércio e parte da aldeia ficaram comprometidas. Outras situações, como o descumprimento da FUNAI no acordo que previa reparação aos danos que a construção causou e o corte desenfreado de árvores da reserva.

Em seu Trabalho de Conclusão intitulado “Dança das Árvores e a Dança da Voz: jeito de dar nome às crianças no povo Xokleng/Laklãnõ” (2020), a indígena Vilma Cuzugni afirma:

“Para nós do povo Xokleng as árvores nos dão sentido para seguir, mas é preciso entendê-la, respeitá-la, compreender seu dançar” (p.39).

E a respeito delas, as árvores, ou melhor, da árvore foco deste presente TCC, adentro o assunto principal com o estudo de Peres (2009), onde o autor aborda sobre a relação que os Laklãnõ tem com a espécie *Araucaria angustifolia*.

O autor sugere (2009) que para os indígenas, a araucária não figurava como uma madeira promissora e utilizável. O respeito que as populações tinham pela espécie e o fato de não derrubá-la pode ser entendido não só pelo fato de fornecer alimento, mas como pelo não uso de madeira em sua cultura. Em acordo com estudos arqueológicos e antropológicos, as espécies utilizadas nos abrigos tanto de Kaingang quanto Laklãnõ-Xokleng deveriam ser menos rígidas que a madeira do pinheiro. Porém, tanto um povo quanto o outro devem ter usado a madeira como lenha, nas fogueiras que serviam para amenizar o frio intenso da região. Além de tantas diferenças, que já foram apontadas, diferem-se também no que se

refere à relação que cada etnia estabelecia com as araucárias.

Segundo o mesmo (2009), os Kaingang são considerados os “verdadeiros donos” da região da Mata de Araucárias. Considerando o território histórico (Figura 12) e compará-lo com o mapa de ocorrência original da *Araucaria angustifolia* (Figura 1, p. 22), notamos que essa etnia tinha contato constante com as araucárias enquanto os Laklãnõ tinham contato maior durante a coleta do pinhão. Talvez por fazer parte do cotidiano, e ser tão importante para os Kaingang, seu uso era controlado.

Peres (2009) ainda acrescenta que os LaklãnõXokleng não tinham esse tipo de preocupação e organização frente aos pinheiros. Em sua pesquisa, não encontrou registros nos documentos e nem nos trabalhos clássicos sobre este povo há descrição sobre uma organização de divisão dos pinheirais semelhante aos Kaingang. Isso porque a sua importância era sazonal. Mesmo sendo um dos principais alimentos dessa etnia, era somente nos meses em que o pinhão estava para ser colhido, quando a semente atraía também a caça, que a importância da região aumentava. Nos trabalhos pesquisados, como no de Silvio Coelho dos Santos, sempre se faz referência à essa importância. Ao citá-lo, coloca que “o pinhão, para eles (Laklãnõ) sempre foi uma dádiva”. Talvez pela expectativa da fartura e da possibilidade de um acampamento duradouro. Em sua vida nômade, esse período significava um tempo de maior permanência num mesmo local, o que significava menos energia gasta em deslocamentos e na construção de acampamentos.

Ainda, Peres (2009) acrescenta que, se a relação e organização em relação à coleta diferenciavam Kaingang e Laklãnõ, a coleta, armazenamento de consumir aproximava as duas etnias. Tanto pelo modo como colhiam e pela maneira de guardá-lo, como nos diferentes modos de consumi-lo. A importância do alimento e seu significado para os indígenas obrigavam a realização do processo em conjunto por homens e mulheres. Os indígenas podiam esperar as pinhas com o amadurecimento debulharem por conta própria os pinhões, ou aguardar que algum animal que se alimentasse dessas sementes derrubasse-nas sem querer. Desse modo encontrariam seu alimento no chão, sem esforço. Apesar de ocorrer, esse método não era muito utilizado. O mais utilizado e indicado em diferentes trabalhos sobre as duas etnias, é o de subir na árvore, com técnicas utilizadas ainda hoje, e derrubar a pinha. No chão, mulheres e crianças recolhiam os pinhões.

Lavina (1994) descreve que os Laklãnõ-Xokleng fabricavam uma corda de taquara que era passada pelo tronco da araucária: “o índio se enfiava na laçada, passando-a por

debaixo dos braços. Subia na árvore apoiando os pés contra o pinheiro. Desse modo, alternativamente, quando firmava os pés levantava a laçada e quando se firmava na laçada, erguia os pés. No alto da árvore, agitavam os galhos fortemente e faziam cair as pinhas”.

Ainda Lavina (1994), revela que, como muito do pinhão colhido durante os meses de abril, maio e junho, era armazenado e guardado para ser consumido posteriormente, era necessário que os mesmos estivessem em um estágio menos avançado de maturação. Para conservar os pinhões, os Laklãnõ-Xokleng enchiam cestos feitos de taquara. Esses cestos eram previamente forrados com folhas de caeté e tampados e então eram imersos em pequenos córregos e ficavam neste local por um mês e meio. Deste modo, o pinhão ficava “cortido” conservando suas características por um longo espaço de tempo. Esse pinhão era a matéria-prima de sopas e bolos.

Peres (2009) cita, sobre o uso do pinhão pelos Laklãnõ-Xokleng, Rodrigo Lavina (1994) que coloca que podiam ser simplesmente tostados ao fogo com cascas e comidos, como também faziam os Kaingang, mas também podiam ser triturados em pilões, produzindo assim uma massa. Essa massa tinha dois destinos: podia ser misturada a água e produzir um caldo ou dela se fazia pequenos bolos, que eram assados sobre brasas.

Takumã Cruz realizou um estudo (2014) sobre a etnoecologia da paisagem da TI Ibirama, onde registrou diversas plantas encontradas no território bem como citadas ela comunidade de duas aldeias.

Ele retoma alguns pontos já mencionados neste trabalho final, como fato dos Laklãnõ-Xokleng e a araucária possuírem uma estreita relação histórica (Bitencourt & Krauspenhar, 2006), estas autoras indicarem o uso da espécie como antigo pelos povos indígenas pré-colombianos do grupo Jê no Sul, onde possivelmente atuaram em sua dispersão no planalto Sul brasileiro e favoreceram a expansão das Matas de Araucárias. Esses grupos faziam uso de incisões em forma de zig-zag nos troncos das araucárias, que servia para delimitar os territórios de caça e coleta dos diferentes grupos (neste caso o autor se equivoca, são os Kaingang) (Mabilde, 1983) e para sua orientação na paisagem.

Cruz relembra (2014) que, curiosamente, o nome da araucária na língua Laklãnõ-Xokleng é justamente *Zág*. O autor cita que Urban (1978) também registrou a importância de rotas e trilhas para obtenção do pinhão para caça e ainda para coleta de espécies como gabiroya, araçá, palmito, jabuticaba e mamão-do-mato, indicando ainda o conhecimento e uso

de possivelmente três tipos diferentes de araucária.

A Floresta Ombrófila Mista, bastante descaracterizada na região, ocorre na direção dos municípios de Papanduva, Canoinhas e Itaiópolis, sendo que esta ocupa pequena parte da Bacia do Rio Itajaí (IBGE, 2012 *apud* Cruz, 2014). No Estado de Santa Catarina, ela cobria cerca de dois terços do território, com maior expressão no planalto, acima de 500m de altitude.

O autor (2014) ainda ressalta que atualmente, a T.I. Ibirama Laklãnõ é uma área que promove a conservação de remanescentes florestais no alto vale do Itajaí, compondo, juntamente com as Unidades de Conservação Área de Relevante Interesse Ecológico Serra da Abelha, Floresta Nacional de Ibirama e Reserva Biológica do Sassafrás (REBES)¹⁰ um mosaico de áreas protegidas, que promovem a conservação dos elementos naturais e processos ecológicos na região. Nas entrevistas realizadas nas aldeias Bugio e Sede, Cruz registrou pelo menos trinta referências à espécie. Em uma dessas entrevistas com um ancião, o homem relata:

“O índio no mato come pinhão o ano inteiro, guarda na água e fica gostoso pra comer. Já deixei 3 meses na água. Agora não têm mais muita araucária. Daqui a tempo vão comprar pinhão para comer” (Homem, 81 anos, sobre o Zág – araucária, p. 136).

Finalmente, este capítulo encerra-se com o dado alarmante apresentado por Takumã Cruz (2014) sobre a araucária (*Zág*), típica da Floresta Ombrófila Mista, o qual esta já não existe mais em grande abundância no território, sendo cultivada na Terra Indígena (há uma área onde foram plantadas araucárias há cerca de 23 anos – hoje, quase uma década depois, aproximadamente 33 anos) e muitas vezes é obtido o pinhão pela compra. Tomando em consideração que, um número maior de citações nas entrevistas não significa, necessariamente, maior acessibilidade ou consumo da espécie, podendo estar associado a um uso no passado e/ou um significado imaterial da planta no modo de vida Laklãnõ-Xokleng.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este Trabalho de Conclusão de Curso buscou apresentar parcialmente pesquisas de

¹⁰ Território tradicionalmente ocupado pelos Laklãnõ, alvo do Recurso Extraordinário (RE) 1017365 no STF, onde o governo do estado de Santa Catarina utiliza contra os indígenas a infame tese do “marco temporal”.

diversos campos do conhecimento que abordassem os povos Jê do Sul e a sua relação com a *Araucaria angustifolia*, seja no passado e também no período mais recente da história. Foi apresentada uma contextualização histórica da paisagem da Mata de Araucária em tempos muito antigos até o processo colonizador e seu desmatamento. Não se pretendeu realizar uma revisão exaustiva de literatura, e sim, uma articulação de alguns dos estudos que citam estas questões. Também não foram abordados todos os aspectos culturais desses povos.

Esta pesquisa buscou manter o enfoque nas passagens em que as (os) autoras (es) tratam a respeito do que vem sendo confirmado como contribuição dos chamados ancestrais Proto-Jê para a expansão da Mata de Araucária, bem como o manejo e conservação que os povos Jê do Sul do Brasil, Kaingang e Laklãnô-Xokleng, desempenham ao longo do tempo. Sendo notória a diferença de impacto humano que os indígenas e não indígenas desempenharam nesta paisagem.

Faz-se necessário considerar que este trabalho utilizou em sua maioria fontes de pesquisas realizadas por não-indígenas, portanto, acabou por priorizar uma temporalidade e narrativas sobre as paisagens e seus elementos desde uma visão científica ocidentalizada e não a partir de narrativas de histórias de origem indígenas, o que de modo algum se busca indicar que estas seriam menos importantes.

A principal intenção foi oferecer um breve panorama para uma futura pesquisa aprofundada a respeito das relações cosmológicas que estes dois povos construíram com esta e outras espécies presentes (ou por consequências, ausentes) em seus territórios, neste cenário de mudanças climáticas promovidas pela atuação humana, que no passado ocorreu em modo e proporção diferentes.

BIBLIOGRAFIA

ALMEIDA, Carina dos Santos. Tempo, memória e narrativa Kaingang no oeste catarinense. Tese de Doutorado. Programa de Pós-Graduação em História, UFSC, 2015.

AYRES, Ariadne Dall'Acqua. Os Kaingang do Paraná e a conservação da biodiversidade: conhecimentos, práticas e valores tradicionais. Tese de Doutorado. Programa de Pós-Graduação em Biologia Comparada, USP, 2021.

BALDUS, Herbert. Ensaios de etnologia brasileira. Brasileira, 1937.

BALÉE, William. Sobre a Indigeneidade das Paisagens. Revista de Arqueologia, v. 21, n. 2, p. 9-23, 2008.

BALÉE, William. O programa de pesquisa da Ecologia Histórica. Cadernos do LEPAARQ. Textos de Antropologia, Arqueologia e Patrimônio, p. 180-212, 2017.

BAPTISTA DA SILVA, Sergio. Etnoarqueologia dos Grafismos Kaingang: um modelo para a compreensão das sociedades Proto-Jê meridionais. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo, 2001.

BAPTISTA DA SILVA, Sergio. Dualismo e cosmologia Kaingang: o xamã e o domínio da floresta. Horizontes Antropológicos, Porto Alegre, v.8, n.18, p.189-209, 2002.

BEHLING, Hermann. South and southeast Brazilian grasslands during Late Quaternary times: a synthesis. Palaeogeography, Palaeoclimatology, Palaeoecology, v. 177, n. 1-2, p. 19-27, 2002.

BEHLING, Hermann *et al.* Late Quaternary Araucaria forest, grassland (Campos), fire and climate dynamics, studied by high-resolution pollen, charcoal and multivariate analysis of the Cambará do Sul core in southern Brazil. Palaeogeography, Palaeoclimatology, Palaeoecology, v. 203, n. 3-4, p. 277-297, 2004.

BIAZI, Adriana Aparecida Belino Padilha. A história Kaingang através do ritual do Kiki Koj da terra indígena Xapecó/SC. Tese de Doutorado. Programa de Pós-Graduação em História, UFSC, 2023.

BITENCOURT, Ana Luisa Vietti; KRAUSPENHAR, Patricia Maria. Possible prehistoric anthropogenic effect on *Araucaria angustifolia* (Bert.) O. Kuntze expansion during the late Holocene. Revista Brasileira de paleontologia, v. 9, n. 1, p. 109-116, 2006.

BRANCO, Carlos Frederico. As araucárias na terra indígena de Mangueirinha: territórios, existências e resistência Kaingang. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional, UTFPR, 2021.

BRASIL. Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000.

BUENO, Lucas; DIAS, Adriana Schmidt; STEELE, James. The Late Pleistocene/Early Holocene archaeological record in Brazil: A geo-referenced database. *Quaternary International*, v. 301, p. 74–93, 2013.

CARVALHO, Miguel Mundstock Xavier de. O desmatamento de florestas de araucária e o Médio Vale do Iguaçu: uma história de riqueza madeireira e colonizações. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em História, UFSC, 2006.

CARVALHO, Miguel Mundstock Xavier de et al. Uma grande empresa em meio à floresta: a história da devastação da floresta com araucária e a Southern Brazil Lumber and Colonization (1870-1970). Tese de Doutorado. Programa de Pós-Graduação em História, UFSC, 2010.

CARVALHO, Miguel Mundstock Xavier de. Os fatores do desmatamento da Floresta com Araucária: agropecuária, lenha e indústria madeireira. *Esboços: histórias em contextos globais*, v. 18, n. 25, p. 32-52, 2011.

CLEMENT, Charles R. 1492 and the loss of Amazonian crop genetic resources. I. The relation between domestication and human population decline. *Economic Botany*, v. 53, n. 2, p. 188-202, 1999.

CLEMENT, Charles R.; CASSINO, Mariana F. Landscape domestication and archaeology. *Encyclopedia of global archaeology*, p. 6431-6438, 2020.

CNCFlora. *Araucaria angustifolia* in Lista Vermelha da flora brasileira, 2012.

COPÉ, Silvia Moehlecke. A gênese das paisagens culturais do planalto sul brasileiro. *Estudos Avançados*, v. 29, p. 149-171, 2015.

COPÉ, Silvia Moehlecke. Narrativas espaciais das ações humanas. História e aplicação da arqueologia espacial como teoria de médio alcance: o caso das estruturas semisubterrâneas do planalto Sul-brasileiro. *Revista de Arqueologia*, v. 19, p. 111-123, 2006b.

CORTELETTI, Rafael. Uma estratigrafia da paisagem Proto-Jê meridional: um estudo de caso em Urubici, SC. *Revista Tempos Acadêmicos* (11), p. 97-116, 2013.

CORTELETTI, Rafael. Projeto arqueológico Alto Canoas - Paraca: um estudo da presença Jê no Planalto Catarinense. 2013. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo, 2013.

CRÉPEAU, Robert R. Mito e ritual entre os índios Kaingang do Brasil meridional. *Horizontes Antropológicos*, v. 3, p. 173-186, 1997.

CRUZ, Aline Pereira *et al.* Pre-colonial Amerindian legacies in forest composition of southern Brazil. *PLoS One*, v. 15, n. 7, p. e0235819, 2020.

CRUZ, Takumã Machado Scarponi. Etnoecologia de paisagens na terra indígena Ibirama Laklãnõ, Santa Catarina, Brasil. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Ecologia, UFSC, 2014.

CUZUGNI, Vilma Couvi Patte. Dança das árvores e a dança da voz: jeito de dar nome as crianças no Povo Xokleng/Laklãnõ. Trabalho de Conclusão de Curso. Licenciatura Intercultural Indígena do Sul da Mata Atlântica, UFSC, 2020.

D'ÁVILA, Luísa Nunes. Caminhos e Lugares: modelo de mobilidade e sistema de assentamento entre os Proto-Jê Meridionais na região de Campo Belo do Sul, SC. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Antropologia, UFPel, 2017.

DAGNONI, Catia. O “outro” lado da Barragem Norte: território, memória e/m resistência. Tese de Doutorado. Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional, FURB, 2018.

DOS REIS, Mauricio Sedrez; LADIO, Ana; PERONI, Nivaldo. Landscapes with Araucaria in South America: evidence for a cultural dimension. *Ecology and Society*, v. 19, n. 2, 2014.

EMBRAPA. Araucária: pesquisa e desenvolvimento no Brasil. 2021.

EMILIANO, Darci. Revitalização dos saberes e práticas Kaingang sobre as plantas tradicionais como proposta de Educação Ambiental na terra indígena Ligeiro. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Educação Ambiental, FURG, 2015.

FERRI, G. K. *Araucaria angustifolia*: milhões de anos de história. *Revista História Catarina*, n. 86, p. 52-66, 2017.

FIEGENBAUM, Jones et al. História antiga do planalto das araucárias, Rio Grande do Sul, Brasil - O Jê Meridional e o diálogo com o ambiente. Tese de Doutorado. Programa de Pós-Graduação em Ambiente e Desenvolvimento, UNIVATES, 2021.

GAKRAN, Nanblá. Aspectos morfossintáticos da língua laklãnõ (Xokleng) Jê. Dissertação de

Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Linguística, UNICAMP, 2005.

GUERRA, Miguel Pedro et al. Exploração, manejo e conservação da araucária (*Araucaria angustifolia*). Sustentável Mata Atlântica: a exploração de seus recursos florestais, v. 1, p. 85-101, 2002.

HAVERROTH, Moacir. Kaingang: um estudo etnobotânico: O uso e a classificação das plantas na área indígena Xaçepó (oeste de SC). Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, UFSC, 1997.

IBAMA. Portaria nº 06-N, de 15 de janeiro de 1992.

IRIARTE, José; BEHLING, Hermann. The expansion of *Araucaria* forest in the Southern Brazilian highlands during the last 4000 years and its implications for the development of the Taquara/Itararé Tradition. *Environmental Archaeology*, v. 12, n. 2, p. 115–127, 2007.

JOLKESKY, Marcelo Pinho de Valhery. Reconstrução fonológica e lexical do Proto-Jê Meridional. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Linguística, UNICAMP, 2010.

KLEIN, Roberto Miguel. O aspecto dinâmico do pinheiro brasileiro. *Sellowia*, v. 12, n. 12, p. 17-44, 1960.

LAPPE, Emelí; LAROQUE, Luís Fernando da Silva. Indígenas e Natureza: a reciprocidade entre os Kaingang e a natureza nas Terras Indígenas Por Fi Gâ, Jamã Tÿ Tãnh e Foxá. *Desenvolvimento e Meio Ambiente*, v. 34, 2015.

LAUTERJUNG, Miguel Busarello. Evidências genéticas da ação antrópica pré-colombiana sobre a expansão da *Araucaria angustifolia*. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Recursos Genéticos Vegetais, UFSC, 2017.

LAVINA, Rodrigo. O Xokleng de Santa Catarina: uma etnohistória e sugestão para os arqueólogos. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em História, UNISINOS, 1994.

MABILDE, Pierre F. A. Apontamentos sobre os indígenas selvagens da Nação Coroados dos Matos da província do Rio Grande do Sul, 1836-1866, 1983.

MACHADO, Felipe Domingos. Fogo, Clima e Humanos: O que mais influenciou a densidade da madeira da Floresta Ombrófila Mista ao longo do Holoceno? Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Engenharia Florestal, UDESC, 2021.

MARQUE, Luciane Massaro De. Arquitetura pré-histórica: um estudo sobre a estrutura de cobertura das casas subterrâneas dos Jê meridionais. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Ambiente e Desenvolvimento, UNIVATES, 2016.

NARSIZO, Getulio. A Cosmologia na Educação e na Vida do Povo Kaingang da Terra Indígena Xapecó. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Educação, Unochapecó, 2020.

NIKULIN, Andrey. Proto-Macro-Jê: um estudo reconstrutivo. Tese de Doutorado. Programa de Pós-Graduação em Linguística, UnB, 2020.

NOELLI, Francisco Silva. A ocupação humana na região sul do Brasil: arqueologia, debates e perspectivas-1872-2000. Revista USP, n. 44, p. 218-269, 1999.

NOVASCO, Raul Viana. As casas subterrâneas e sua paisagem: cartografando o ambiente. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em História, UNISINOS, 2013.

PERES, Jackson Alexsandro. Entre as Matas de Araucárias: cultura e história Xokleng em Santa Catarina (1850-1914). Dissertação de Mestrado, Programa de Pós-Graduação em História. UFSC, 2009.

PERIN, Edenir Bagio. Prados e campinas. Arqueologia, paleoambiente e fitogeografia do Arroio Cará. 2019.

PONTES, Henrique Simão *et al.* First rupestrian representations of *Araucaria angustifolia* in Southern Brazil. Caderno de Geografia, v. 33, n. 72, 2023.

REIS, Mauricio Sedrez dos *et al.* Moldando as paisagens nas Florestas com Araucárias: paisagens culturais para a produção de alimento. Fronteiras Fluidas: Florestas com Araucárias na América Meridional. São Leopoldo: Oikos, p. 218-233, 2018.

REITZ, Raulino & KLEIN, Roberto Miguel. Araucariaceae. In REITZ, R. (ed.) Flora Ilustrada Catarinense, parte I, fasc. Arau., Herbário Barbosa Rodrigues, Itajaí, 1966.

SANTOS, Sílvio Coelho dos. Índios e Brancos no Sul do Brasil: a dramática experiência dos Xokleng. Edeme, 1973.

SÁ, Débora Nunes de. Paisagens Construídas: A Floresta com Araucárias na Fronteira entre Argentina e Brasil (1895-2000). Tese de Doutorado. Programa de Pós-Graduação em História, UFSC, 2023.

SCHADEN, Egon. A mitologia heroica de tribos indígenas do Brasil. 1959.

SCHMITZ, Pedro. Ignácio. Povos indígenas associados a floresta com araucária. In: C. R.

FONSECA, A. F. SOUZA, A. M. LEAL-ZANCHET, T. DUTRA, A. BACKES, E G. GANADO. Floresta com araucária, ecologia, conservação e desenvolvimento sustentável. Holos. Ribeirão Preto - SP: Holos, p. 45–56, 2009.

SCHMITZ, Pedro Ignácio (org.). As casas subterrâneas de São José do Cerrito, SC. São Leopoldo: Instituto Anchieta de Pesquisas, 2014.

SOUZA, Jonas Gregorio de. Paisagem ritual no planalto meridional brasileiro: complexos de aterros anelares e montículos funerários Jê do Sul em Pinhal da Serra, RS. Tese de Doutorado. Programa de Pós-Graduação em Arqueologia do Museu de Arqueologia e Etnologia da USP, 2012.

THOMAS, P. *Araucaria angustifolia*. The IUCN Red List of Threatened Species, 2013.

TOMMASINO, Kimiye. A história dos Kaingang da bacia do Tibagi: uma sociedade Jê meridional em movimento. Tese de Doutorado, Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, USP, 1995.

TSING, Anna. Viver nas ruínas: paisagens multiespécies no Antropoceno. Brasília. IEB Mil Folhas, 2019.

URBAN, Greg. A história da cultura brasileira segundo as línguas nativas. História dos Índios no Brasil, v. 2, p. 87-102, 1992.

WITTMAN, Luisa Tombini. O vapor e o botoque. imigrantes alemães e índios Xokleng no Vale do Itajaí-SC, (1850-1926). Florianópolis: Letras Contemporâneas, 2007.